



6.3 ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

6.3.1 MEIO FÍSICO

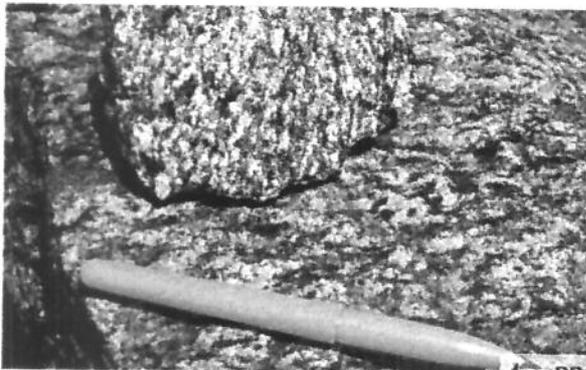
6.3.1.1 GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E PEDOLOGIA

6.3.1.1.1 CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA

Para avaliar as características das unidades geológicas presentes na bacia hidro-



Fotografia 72 - Afloramento de biotita-gnaisses graníticos migmatizados do Complexo Serrinha-Pedro Velho, nas margens do rio Bujari.



Fotografia 74 - Destaque para o bandamento do biotita gnaiss granítico migmatizado do Complexo Serrinha-Pedro Velho - escala de amostra de mão.

gráfica da Barragem Bujari, utilizou-se como principal fonte de informações a base digital do Mapa Geológico do Brasil (CPRM, 2001), ver mapa 4.

Quanto às características geológicas relativas à porção superficial da bacia, destacam-se as rochas metamórficas do Complexo Serrinha-Pedro Velho (Fotografias 72, 73 e 74), que recobrem quase toda a bacia, ocorrências locais de rochas ígneas representadas pelas suítes intrusivas e pelos granitóides, e afloramentos de sedimentos da Formação Serra dos Martins.



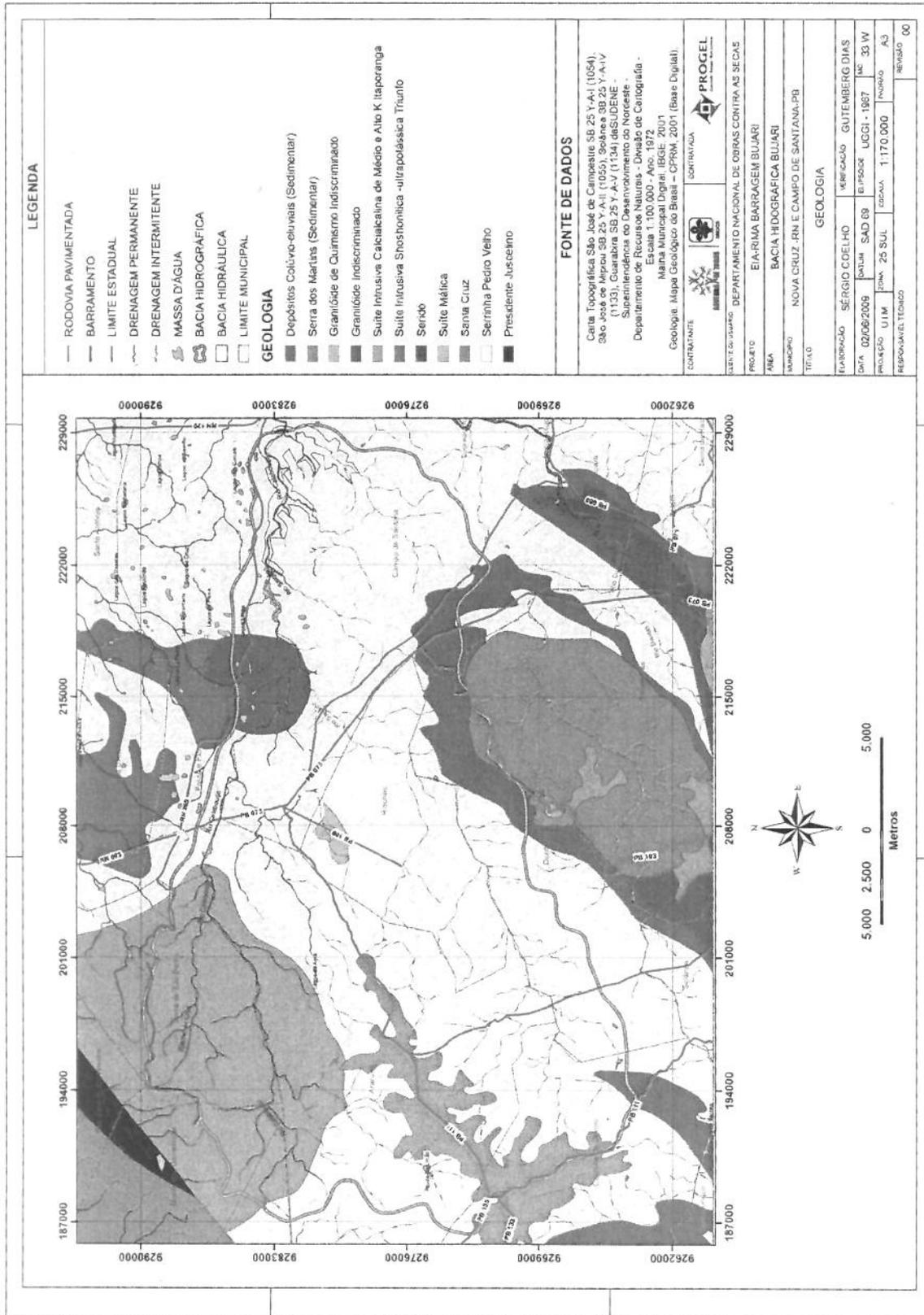
Fotografia 73 - Detalhe do afloramento acima, mostrando pequeno dique félsico semi-paralelo à foliação dos biotita-gnaisses migmatizados do Complexo Serrinha-Pedro Velho.

A Suíte Intrusiva Calcialcalina de Médio a Alto K Itaporanga e os Granitóides Indiscriminados que afloram nos bordos da bacia hidrográfica da barragem Bujari, foram originados na era neoproterozoica (550- 580 M.a K-Arg), e na sua composição apresentam rochas ígneas plutônicas como granitos, granodioritos, granitóides e monzogranitos (Fotografias 75, 76 e 77).



RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)

BARRAGEM BUJARI



Mapa 7 – Geológico

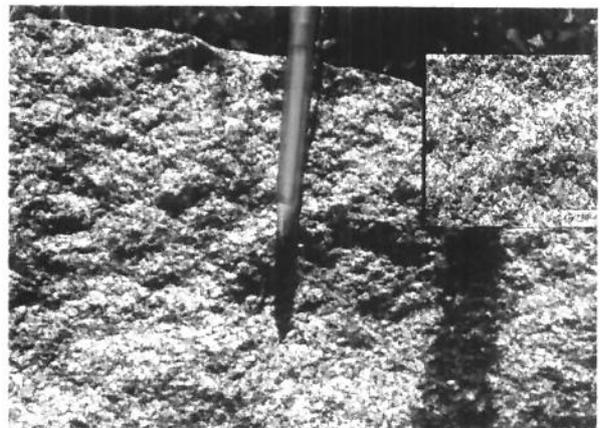




Fotografia 75 - Afloramento de granitóides da suíte intrusiva calci-alcalina Ituporanga.

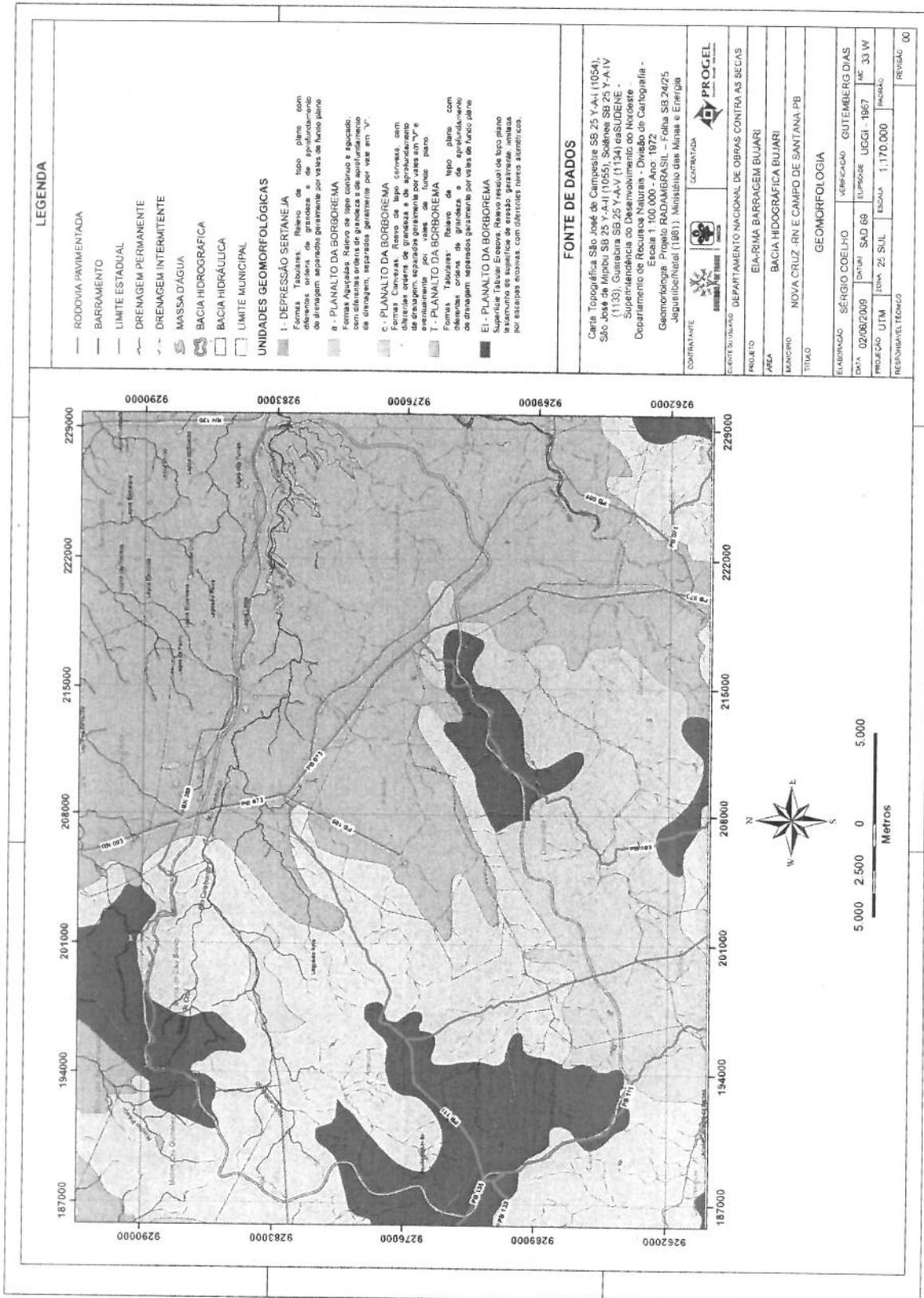


Fotografia 76 - Afloramento de matacão de granitóide da suíte intrusiva calci-alcalina Ituporanga, mostrando corte em que podem ser observadas suas características macroscópicas.



Fotografia 77 - Destaque para os cristais de K-feldspato, típicos dos granitóides da suíte intrusiva calci-alcalina Ituporanga.

Ocorre ainda o afloramento de uma pequena mancha no centro da bacia, ao sul da cidade de Campo de Santana, da Suíte Máfica, que também se constitui de uma rocha ígnea plutônica da era neoproterozoica, constituída principalmente de diorito, gabro, quartzo diorito, tonalito.



Mapa 8 – Geomorfológico

A Formação Serra dos Martins, originada no cenozóico paleógeno, representa a porção sedimentar da bacia. Observa-se essa unidade no setor oeste e sudoeste, nas cabeceiras da bacia, próximo às cidades de Araruna, Cacimba de Dentro. Seus sedimentos são compostos de arenitos conglomeráticos e argilosos.

6.3.1.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO RELEVO

Para avaliar as formas de relevo na área da bacia hidrográfica da Barragem Bujari, utilizou-se como principal fonte de informações o Projeto RADAMBRASIL - Folhas SB.24/25 Jaguaribe/Natal (1981). Quanto às formas de relevo,

foram identificados na bacia hidrográfica da Barragem Bujari dois Domínios Geomorfológicos: Planalto da Borborema e a Depressão Sertaneja, conforme ilustra o mapa da Figura 5.

A morfologia da Encosta Oriental do Planalto da Borborema (Fotografia 78), na região nordeste paraibana e sudeste potiguar, apresenta-se intensamente dissecada. Observa-se a ocorrência de alinhamentos de cristas inseridas nos setores colinosos ao lado dos espigões que se projetam para leste. Verificam-se também restos de superfície conservada com topos planos limitados por escarpas (Et), e eventualmente capeados por rochas sedimentares da Formação Serra dos Martins, como se pode observar no setor oeste da bacia hidrográfica.



Fotografia 78 - Ocorrência da unidade geomorfológica Depressão Sertaneja em primeiro plano. Ao fundo o Planalto da Borborema.

A Depressão Sertaneja, do ponto de vista espacial, é o Domínio Geomorfológico que recobre a maior superfície territorial do nordeste setentrional brasileiro. Dentre as suas subdivisões, observa-se na região em análise a denominada Depressão Pré-Litorânea e as Chãs Pernambucanas. Dispõe-se à retaguarda dos Tabuleiros Costeiros e se estende até o sopé da vertente oriental do Planalto da Borborema. Trata-se de uma área dissecada em

pequenos interflúvios tabulares. O limite com o Planalto da Borborema é marcado por uma acentuada diferenciação altimétrica. Na bacia da Barragem Bujari, o setor leste inserido na Depressão sertaneja apresenta cotas entre 100 e 200 m, enquanto que o setor oeste localizado no Planalto da Borborema apresenta cotas entre 300 e 600 m, sendo que a transição altimétrica na encosta apresenta-se bem acentuada.



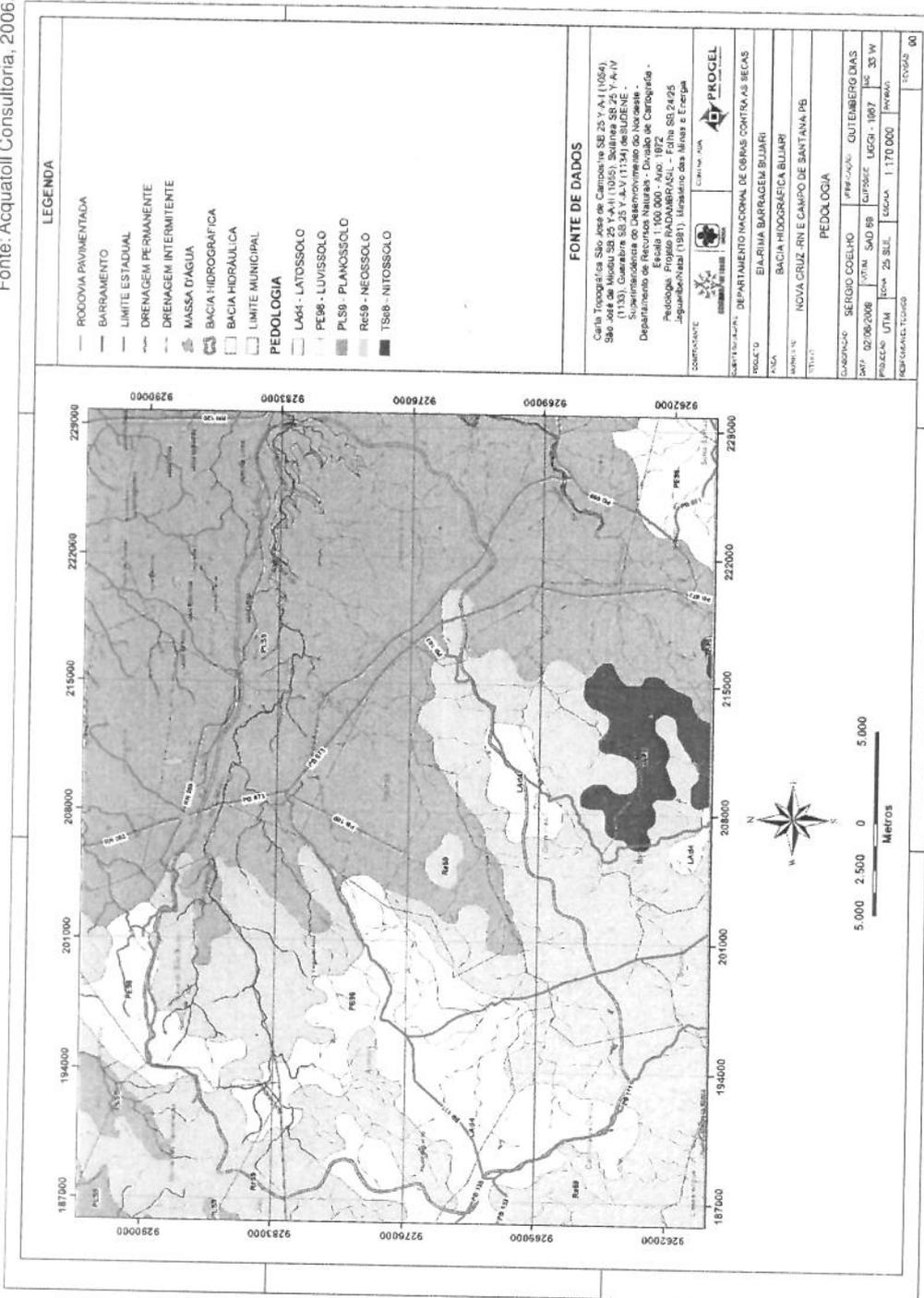
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) BARRAGEM BUJARI

6.3.1.1.3 CARACTERIZAÇÃO DA PEDOLOGIA

De acordo com os estudos básicos realizados pela Acquatoll para a Barragem Bujari, no que se refere aos aspectos pedológicos da bacia

hidrográfica da Barragem Bujari e área de entorno, encontram-se presente cinco classes de solos predominantes: Latossolos - Luvisolos - Planossolos - Neossolos e Nitossolos. O mapa 6 ilustra a distribuição espacial dessas associações de solos em relação à bacia hidrográfica.

Fonte: Acquatoll Consultoria, 2006.



6.3.1.2 - CLIMA

6.3.1.2.1 CLIMA DO NORDESTE BRASILEIRO

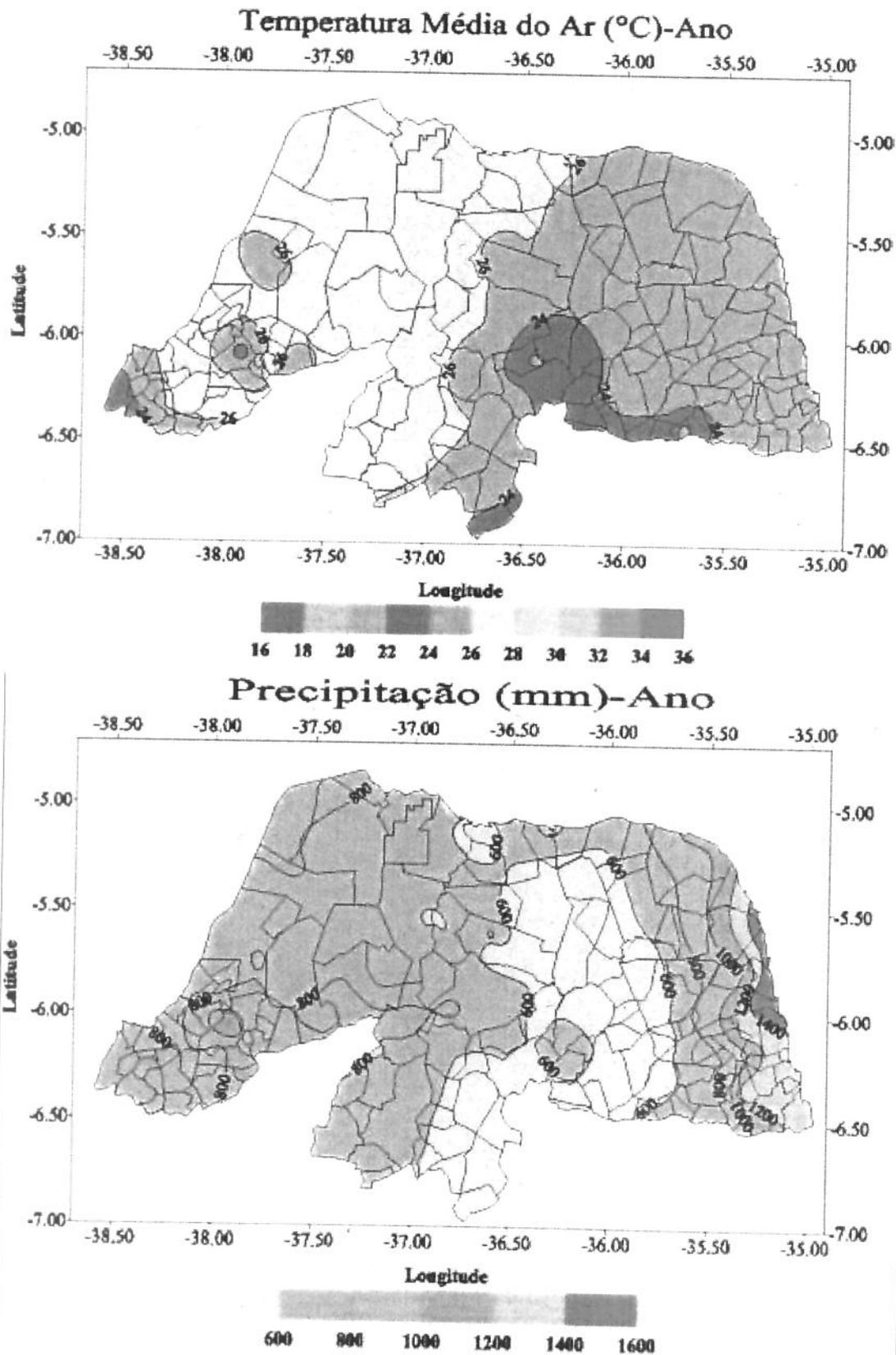
O clima é a sucessão habitual dos estados de tempo, durante longo período, em determinado lugar da superfície terrestre, o qual está determinado em grande parte pela circulação geral da atmosfera, resultando em última instância, do aquecimento diferencial do globo pela radiação solar, da distribuição assimétrica de oceanos e continentes e também das características topográficas sobre os continentes (FERREIRA e MELO, 2005).

A região onde será construída a barragem Bujari não dispõe de Estação Climatológica, por isto os dados climáticos utilizados nesse estudo são referentes à Estação de Natal, a qual localiza-se a 79km, ao norte, em linha reta, do

município de Nova Cruz/RN. Segundo o INMET e NIMER (1989) os dados climáticos de uma Estação Climatológica são válidos por uma área num raio de 150km, validando assim, os supracitados dados.

6.3.1.2.1.1 O CLIMA DO RIO GRANDE DO NORTE E DA ÁREA EM ESTUDO

Os climas predominantes no Rio Grande do Norte são: Tropical litorâneo úmido e Tropical semi-árido, os quais apresentam, segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN (2009), temperaturas médias anuais entre 24°C e 26°C (Figura 7), umidade relativa do ar variando de 65% a 80%, insolação média de 2000h/sol e a precipitação variando entre 600 mm e 1200 mm, conforme Figura 8.



Fonte: EMPARN, 2009.

Figura 6.3.1.5 - Mapa demonstrando a pluviosidade anual no Rio Grande do Norte.

Segundo a classificação de Köppen o clima é representado como AS' (tropical chuvoso), com estação chuvosa entre os meses de março e julho, e seca entre agosto e fevereiro.

É importante ressaltar que a construção da barragem Bujari, considerada de pequeno a médio porte, no município de Nova Cruz/RN permite inferir, segundo LIMA (2007), RIBEIRO e CABRAL (2006), CARLINI (2003), GRIM (2002) e CAMPOS (1990), que algumas alterações microclimáticas poderão ser observadas, nas áreas próximas da barragem, em anos posteriores à formação do lago artificial. Essas alterações poderão ser identificadas principalmente nos parâmetros climáticos - pluviosidade, temperatura e umidade relativa do ar. Porém, são alterações que na maioria das vezes trazem benefícios à área do entorno desses corpos d'água, sejam eles relacionados à agricultura, uma vez que o ritmo da precipitação aumentará, favorecendo melhor manejo do solo, assim como a diminuição da temperatura do ar, amenizando a sensação térmica durante os períodos mais secos, já que com a presença do lago favorecido pela barragem, aumentará a evaporação, e por conseguinte as partículas suspensas na atmosfera local; além do abastecimento de água às populações que moram nas áreas circundantes da barragem Bujari.

6.3.1.3 RECURSOS HÍDRICOS

O município de Nova Cruz possui 70,01% de seu território inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Curimataú e 29,99% nos domínios da bacia do

Rio Jacu, sendo banhado pela sub-bacia do Rio Curimataú, que o atravessa em sua porção central, na direção sudeste-nordeste. Os principais tributários são: a Norte, o riacho do Prego; a Sul, o riacho Bueiro; a Leste, o Rio Massaranduba e os riachos do Curralinho e Riachão Carnaúba; a oeste, os riachos João Gomes e do Juriti. Os corpos de acumulação mais importantes são: os açudes públicos: do Seixo (100.000m³), Pau Barriga (150.000m³) e xiquexique 124.700m³), além das lagoas: da Espera, do Couro, da Ema, Jenipapo, do Umari, do Bastião, do Peixe, Limpa, Barbatana, Encantada, Verde, da Carnaúba, dos Currais, Seca, da Cruz, do Rancho, do Lima, do Venâncio e Redonda, conforme mostra o mapa da bacia em anexo. O padrão de drenagem é o tipo dendrítico e todos os cursos d'água tem regime intermitente (DNOCS, 2009).

As nascentes que compõe a bacia hidrográfica do Curimataú estão localizadas nos planaltos paraibanos, cujas altitudes variam em torno de 500 m a cima do nível do mar. Sua foz encontra-se no litoral oriental do estado do Rio Grande do Norte entre os municípios de Nova Cruz e Canguaretama (SEMARH, 2009).

A bacia do Curimataú não dispõe de estações hidrometeorológicas, porém foram catalogados 4 postos pluviométricos, operados pela EMPARN e 2 postos fluviométricos operados pelo DNAEE, de acordo com a SEMARH (2009).

Segundo a SEMARH (2009) a bacia possui 25 açudes, os quais não ultrapassam a capacidade de acumulação de 10 milhões de metros cúbicos. Já a vazão média regional apresenta-se com 2,52 m³/s para uma área de drenagem de 3.037 km².



RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) BARRAGEM BUJARI

De acordo com o DNOCS e a SEMARH as águas da bacia do Curimataú são utilizadas para fins de agricultura de subsistência, pecuária extensiva e abastecimento humano, sendo este último pouco expressivo em virtude da má qualidade das águas subterrâneas, as quais apresentam elevados teores de sais, assim como a presença de coliformes totais.

Dessa forma, a construção da barragem Bujari auxiliará no manejo hídrico, uma vez que as águas superficiais ficarão concentradas evitando a perda ou desperdício natural

por meio do seu escoamento para outras regiões, favorecendo uma maior disponibilidade hídrica para as atividades antrópicas, assim como o aumento na evaporação local, que influenciará por sua vez na melhoria do conforto térmico, já que a umidade do ar apresentará maiores índices, propiciando um "resfriamento térmico" (LIMA, 2008). É válido ressaltar também que a barragem poderá influenciar no desenvolvimento do turismo regional do município de Nova Cruz/RN.



6.3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

A área de estudo está localizada na mesoregião denominada Agreste. De acordo com a IBGE (1996, p.117) a vegetação da região em estudo é de Savana Estépica nordestina - Caatinga.

A Caatinga é hoje uma das regiões mais ameaçadas do globo pela exploração predatória. As principais causas da degradação ambiental no bioma são a caça, as queimadas e o desmatamento para retirada de lenha. No Nordeste, mais de 30% da matriz energética tem como base a lenha, e a grande maioria da madeira vêm de áreas sem planos de uso sustentável.

Na Paraíba, dois terços da área total do Estado correspondem ao ecossistema Caatinga. Estende-se por cerca de 4/5 da superfície do seu território, abrangendo as regiões do Sertão, Cariri, Seridó e Curimatá (TAVARES DE MELO & RODRIGUEZ, 2003, p.48).

Os resultados da pesquisa na área de influência indireta - área da bacia hidrográfica que esta área apresenta uma vegetação que vem sofrendo fortes ações da intensa ocupação da sociedade local, no tocante ao fornecimento de madeira e lenha para o uso

humano, queimadas e para a criação do gado e plantios agrícolas. Consequentemente, acarretando perdas para a fauna da região. Verifica-se também, expansão da paisagem de caatinga agrestina, mais precisamente pela diminuição do porte da vegetação e pelo aumento de espécies xerófitas.

VULNERABILIDADE NATURAL E AMBIENTAL

O sentido dado ao termo susceptibilidade refere-se à tendência (ser passível) de receber impressões, modificações ou adquirir qualidades diferentes das que já tinha.

A geração do mapa de vulnerabilidade natural visa mostrar a intensidade, e a sua distribuição na área, da susceptibilidade do ambiente levando-se em consideração, para os fatores geomorfologia, geologia e solos, a estabilidade em relação à morfogênese e à pedogênese e, para o fator vegetação, a estrutura das redes e teias alimentares, o estágio de fitossucessão e a biodiversidade; enquanto que o mapa de vulnerabilidade ambiental refere-se à susceptibilidade do ambiente a pressões antrópicas.

O mapa 7 apresenta os mapas com as áreas de vulnerabilidade ambiental localizadas na bacia.



RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) BARRAGEM BUJARI

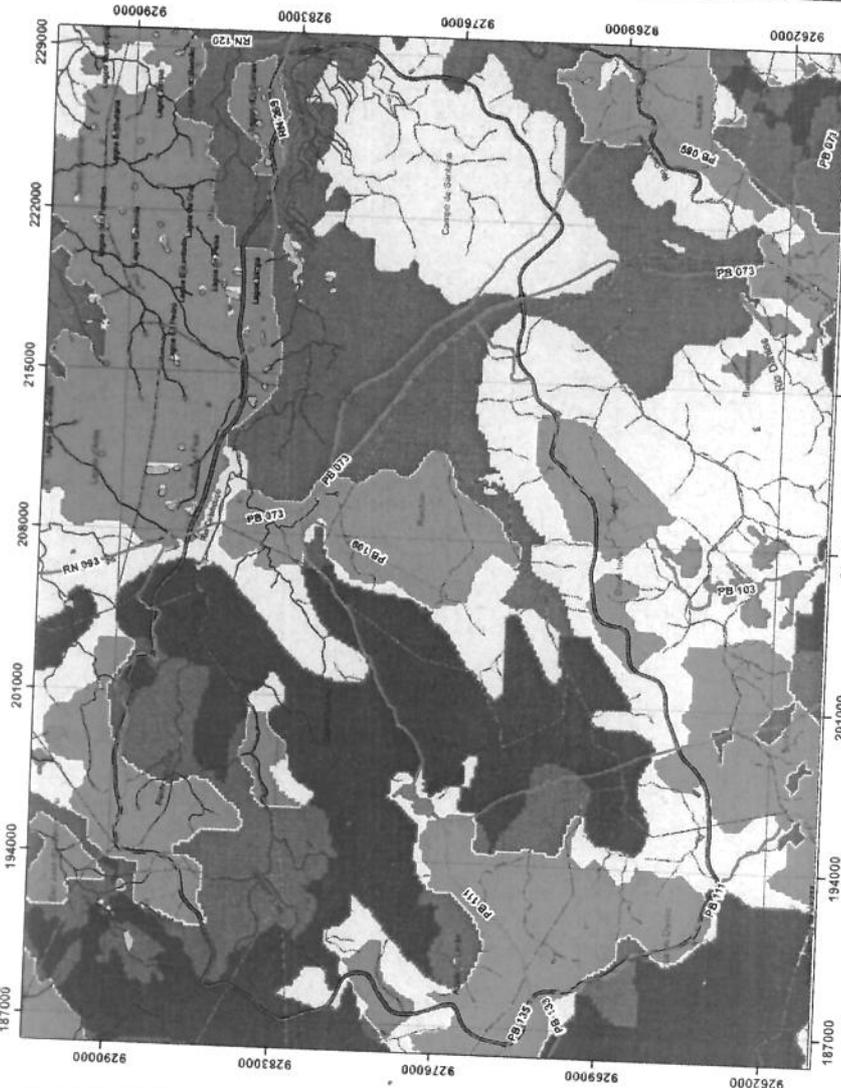
LEGENDA

- RODOVIA PAVIMENTADA
 - BARRAMENTO
 - DRENAGEM PERMANENTE
 - DRENAGEM INTERMITENTE
 - MASSA D'ÁGUA
 - BACIA HIDROGRÁFICA
 - BACIA HIDRÁULICA
 - LIMITE MUNICIPAL
- ### VULNERABILIDADE AMBIENTAL
- MUITO BAIXA
 - BAIXA
 - MÉDIA
 - ALTA
 - MUITO ALTA

FONTE DE DADOS

Carta Topográfica São José de Campos SB 25 Y A-I (1064), São José de Mipibu SB 25 Y-A-II (1055), Solânea SB 25 Y-A-IV (1133), Guarabira SB 25 Y-A-V (1134) (BRASILDEMAE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Departamento de Recursos Naturais - Divisão de Cartografia - Escala 1:100.000 - Ano: 1972)

CONTRATANTE	CONTRATADA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	PROCEL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	
PROJETO	EIA-RIMA BARRAGEM BUJARI
ÁREA	BACIA HIDROGRÁFICA BUJARI
MUNICÍPIO	NOVA CRUZ - RN E CAMPO DE SANTANA - PB
TÍTULO	VULNERABILIDADE AMBIENTAL
ELABORADO	SÉRGIO COELHO
VERIFICADO	GUTENBERG DIAS
DATA	02/06/2009
DATA	SAD 89
IMPRESSO	UGGI - 1967
PROJEÇÃO UTM	ZONA 25 SUL
ESCALA	1:170.000
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
REVISÃO	00





UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PRESENTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

Com o objetivo de proteger os biomas brasileiros, inclusive a caatinga, vem crescendo em todo o país a criação de Unidades de Conservação com o incentivo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Tendo por base o Decreto n.º 1.922 de 06/06/96, o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000 e mais recentemente a Instrução Normativa n.º 24 de 14 de abril de 2004.

Para essa área de estudo, foram identificadas duas unidades de conservação: RPPN Fazenda da Várzea, incluída na categoria de unidade de conservação de Uso sustentável e o Parque Estadual Pedra da Boca, incluída

na categoria de Proteção Integral.

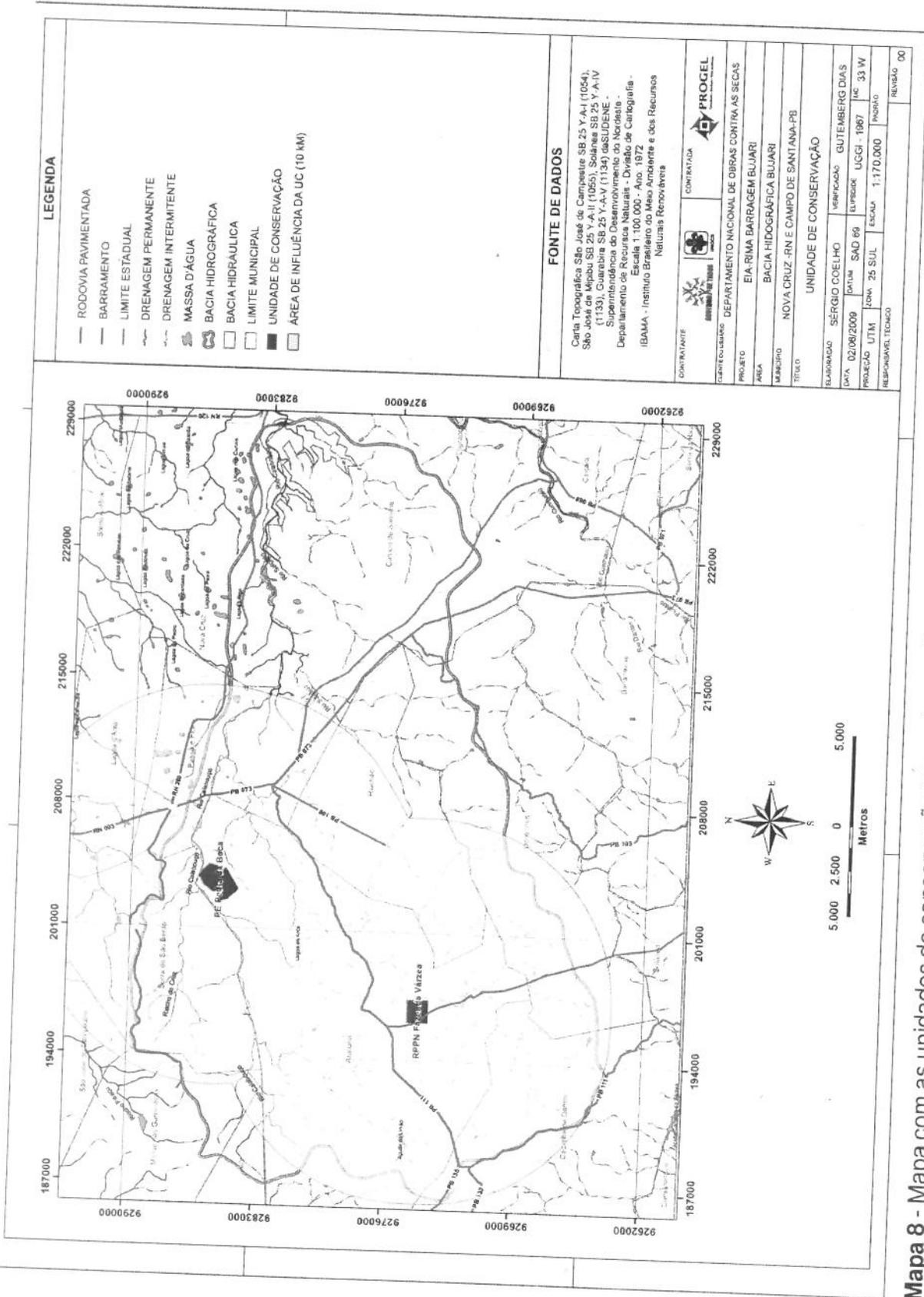
A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda da Várzea está localizada no município de Araruna (PB) e apresenta uma área de 390,66 hectares, sendo do tipo sustentável.

O Parque Estadual da Pedra da Boca, criado pelo Decreto Governamental n.º 20.889 de 7 de fevereiro de 2000, está localizado na porção norte do município de Araruna, no estado da Paraíba. Apresenta uma área de 157,3 hectares, incluído na categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral.

A construção da Barragem Bujari, provavelmente não implicará em prejuízos para essas unidades de conservação, a não ser em ocasiões excepcionais. O mapa 8, apresenta as unidades de conservação acima citadas, com o traçado de 10 Km do seu entorno e a área de localização do empreendimento.



RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) BARRAGEM BUJARI



Mapa 8 - Mapa com as unidades de conservação presentes na área de influência indireta, mostrando sua localização em relação à bacia hidrográfica.



6.3.2.1 ECOSISTEMAS TERRESTRES

Com base na interação vegetação/solo, o Nordeste brasileiro pode ser dividido geograficamente em três zonas: Litorânea, Agreste e Sertão. Essas duas últimas constituem a região semi-árida compreendendo aproximadamente 900.000 Km², ocupando 70% da região Nordeste e 11% do território nacional incluindo parte dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernam-

buco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

A Vegetação de Caatinga ocupando uma área aproximadamente de 900 mil km², sendo 317.608 mil com Caatinga hiperxerófila, 399.777 mil com Caatinga hipoxerófila, 83.234 com ilhas úmidas e 124.424 de agreste/área de transição (Figura 9). Obviamente, estas são áreas de ocupação potencial, sendo grande parte delas já desmatadas ou muito antropizadas.

Fonte: Velloso et al, 2000.

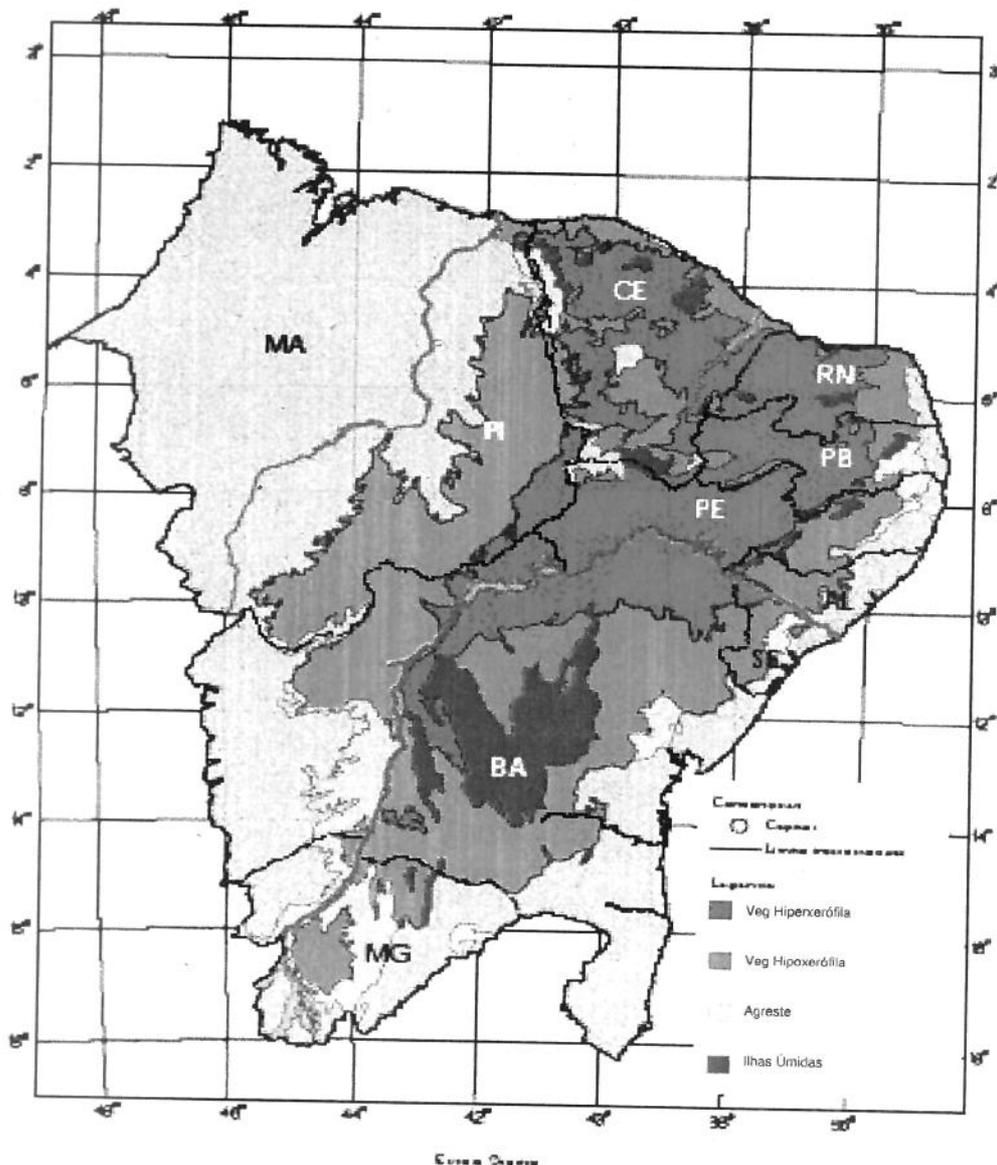


Figura 9 - Região semi-árida do Nordeste brasileiro.

A área de estudo está localizada nas ecorregiões denominadas Depressão Sertaneja Setentrional e Planalto da Borborema, situada entre dois estados: Rio Grande do Norte (município de Nova Cruz) e Paraíba (Campo de Santana), com uma vegetação do tipo Caatinga hipoxerófila, com resquícios de mata ciliar sem carnaúba.

De acordo com o MMA (2005), em ter-

mos de Rio Grande do Norte, devido à extensão que ocupa (cerca de 80% do território), destaca-se o ecossistema da Caatinga, em especial a sua formação florestal hiperxerófila que recobre aproximadamente 60% do Estado (SEPLAN; IDEC, 1997, p. 23).

Na Figura 10, está exposto os ecossistemas encontrados no Rio Grande do Norte.

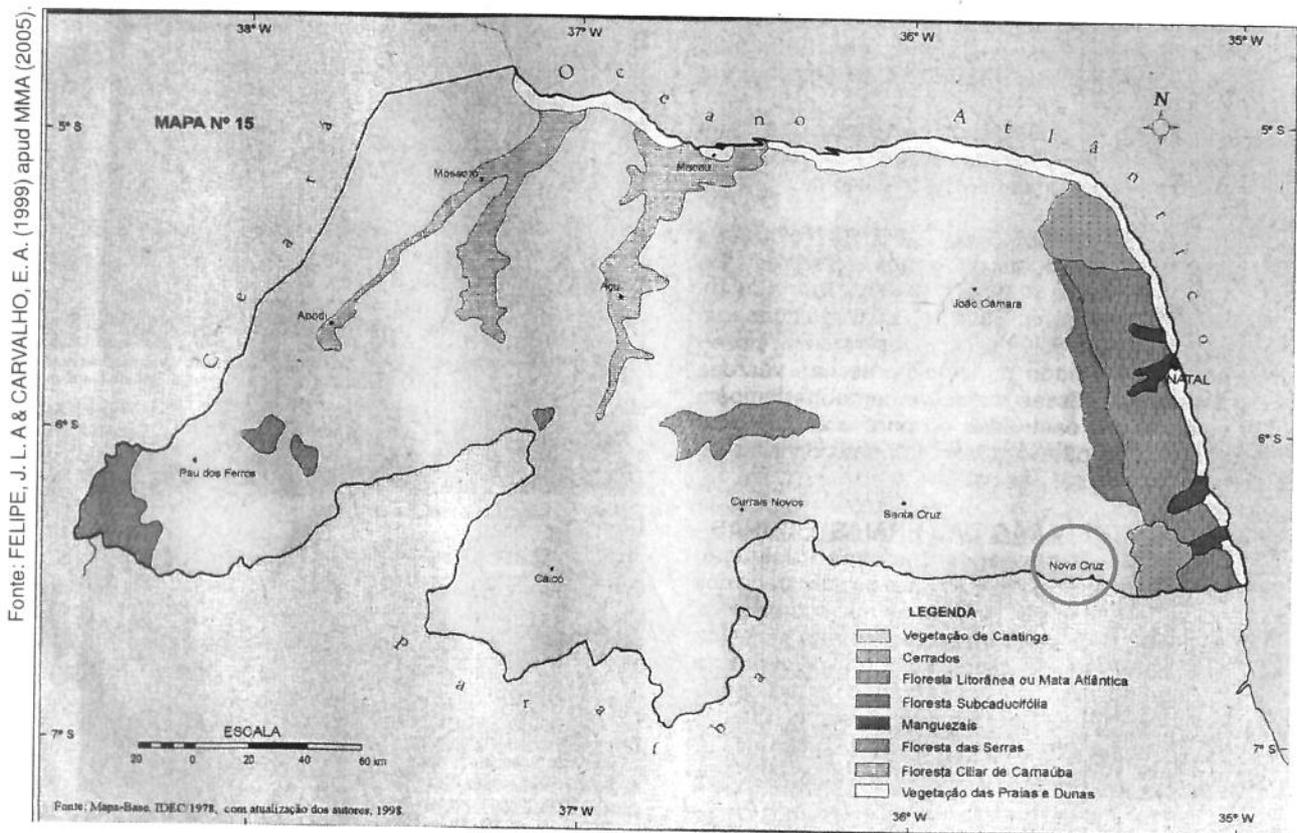


Figura 10 - Mapa ilustrativo dos ecossistemas presentes no Rio Grande do Norte. Em evidência o município de Nova Cruz.

A despeito de apresentar certa uniformização no que diz respeito às diversas formas de resistência à carência d'água, a Caatinga potiguar apresenta fitofisionomias diferenciadas, decorrentes do seu porte.

De acordo com o Atlas Geográfico da Paraíba (1985), mostrado na Figura 10 a cobertura vegetal da Paraíba é caracterizada por diversos padrões morfológicos que dependem da localização geográfica e das condições climáticas.



Fonte: Atlas geográfico da Paraíba (1985).

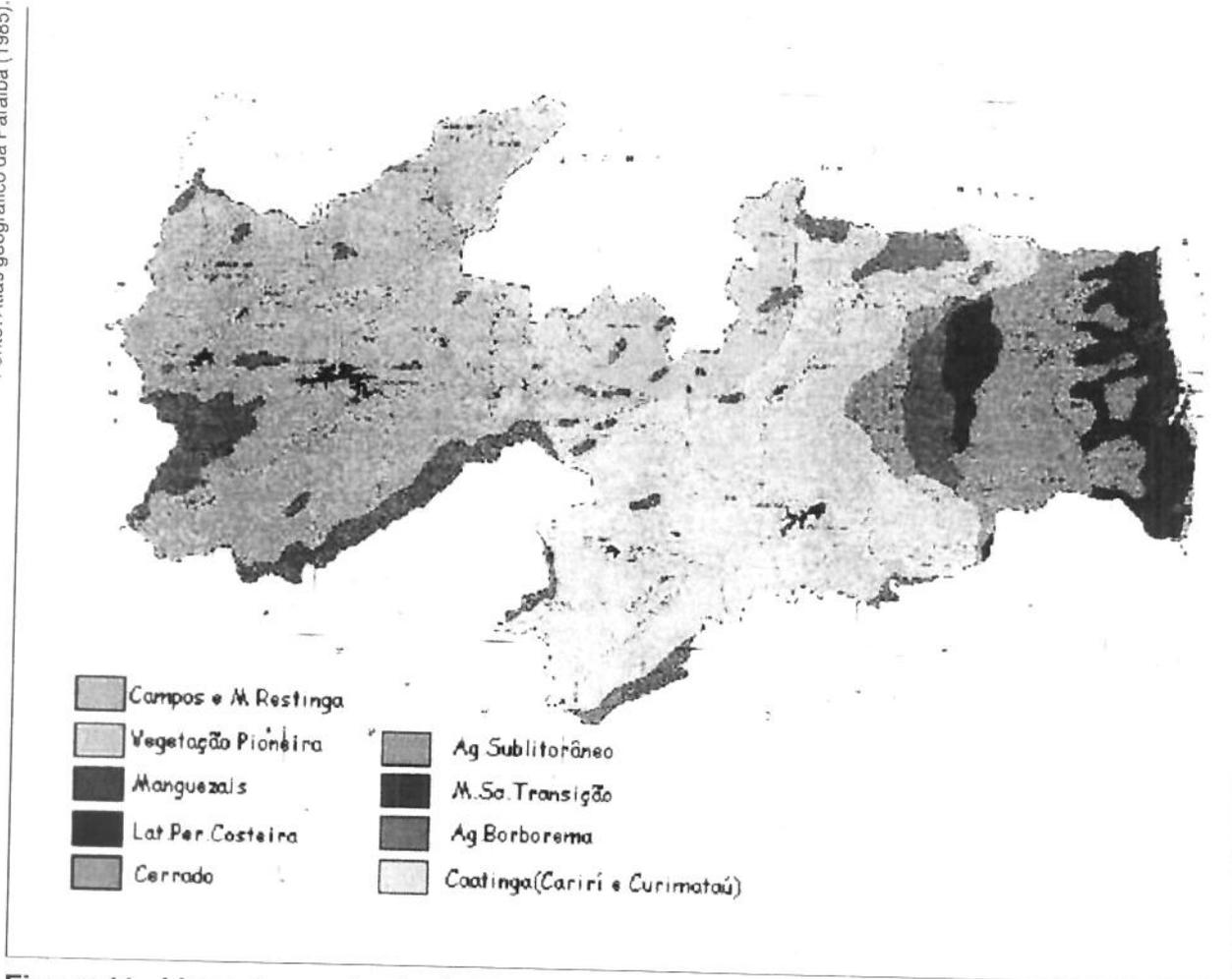


Figura 11 - Mapa da vegetação do Estado da Paraíba (1985).

A Paraíba é caracterizada em sua maior parte como semi-árida, com temperatura média de que varia de 22°C à 26°C e precipitação média anual superior a 1600 mm no litoral, inferior a 400mm no Cariri e Curimataú e superior a 800mm no Sertão.

A vegetação da região predominante é a Caatinga que expressa uma condição de sobrevivência ligada à deficiência hídrica (vegetação xerófitas), adaptada a um clima severo, com baixa precipitação anual distribuída em um curto período do ano. O mapa 9 ilustra a cultura vegetal da bacia hidrográfica.

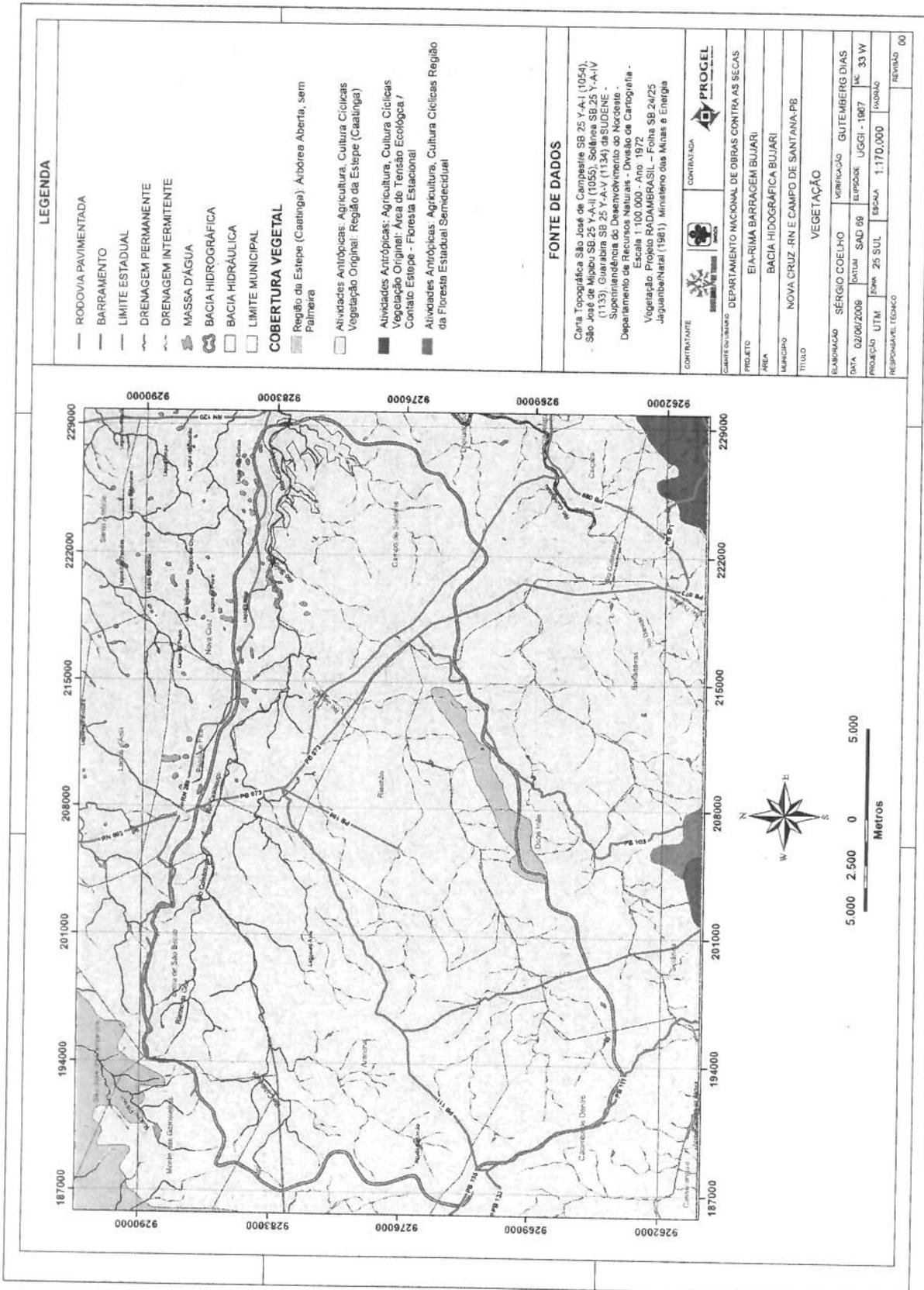
6.3.2.1.1 COBERTURA VEGETAL E FLORÍSTICA

Para a caracterização da cobertura vegetal e Florística da área de influência indireta optou-se por trabalhar com dados secundários, em virtude da abrangência da área e de ser em sua maior parte homogênea fisionômica.

Para o Estado da Paraíba, o estudo realizado no Curimataú oriental, que abrange os municípios de Araruna, Cacimba de Dentro, Dona Inês, Solânea e Tacima (atualmente Cam-



RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) BARRAGEM BUJARI



Mapa 8 – vegetação



po de Santana), representa uma das principais fontes de informação de sua florística (Vegetação e Flora fanerogâmica do Curimataú/Paraíba).

Segundo Barbosa et al, 2005, a escolha dessas áreas para coleta de dados contemplou duas fitofisionomias distintas, as mais representativas na microrregião: caatinga arbórea/arbustiva e floresta estacional decídua (mata seca).

Ainda Segundo Barbosa (op cit), essa região, inicialmente habitada por índios da nação Cariri, sobretudo os Janduí e Caracarás (PINTO, 1973), a pecuária vem sendo praticada extensivamente desde a colonização, ocupando grandes extensões de terras destinadas à pastagem. Esse fato, associado à retirada de madeira para lenha e carvão, contribuiu para que, ao longo dos anos, a vegetação nativa sofresse retração. A pecuária utilizando a caatinga como pasto natural contribuiu para degradações de difícil reversão, ocasionadas inclusive pela preferência alimentar do gado. As plantas das espécies mais apreciadas na dieta dos animais sofrem interrupção do rebrotamento. Logo, à medida que o solo vai ficando descoberto, ocorre a expansão das espécies mais xerófilas, como marmeleiro e jurema, que vão dominando a paisagem.

Nesse trabalho desenvolvido por Barbosa et al 2005, foram identificados 153 gêneros, 34 deles (22,2%) com duas ou mais espécies e 119 (77,8%) com apenas uma espécie. Os gêneros com maior diversidade de espécies foram Croton, Mimosa, Senna, Ziziphus, Solanum, Helioropium, Ipomoea e Sida. Os quatro primeiros são gêneros normalmente de plantas lenhosas ou sublenhosas, frequentemente associados à vegetação de caatinga. Os demais, apesar de serem gêneros com

espécies de ampla distribuição, possuem poucas referências para o bioma.

Os resultados do estudo citado anteriormente, verificou a ocorrência no total de 25 espécies endêmicas do bioma Caatinga, sendo apenas 1 ameaçada, *Myracrodruon urundeuva*, espécie vulnerável, de acordo com a lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção (IBAMA, 2008). Dentre as endêmicas, predominam as espécies das famílias Cactaceae, Euphorbiaceae, Malvaceae e Rhamnaceae.

A comunidade arbórea no Parque Estadual da Pedra da Boca foi caracterizada por 30 espécies, distribuídas em 18 famílias. Para o estrato arbustivo Na Pedra da Boca, foram registradas 21 espécies e em Cacimba de Dentro, foram amostradas 13 espécies arbustivas. Destacando-se: *Croton sonderianus*, *Mimosa* sp. e *Jatropha mollissima*.

Em relação as suculentas foram amostradas, na fisionomia de caatinga, 8 espécies de plantas consideradas suculentas, dentre as quais uma, *Agave sisaliana*, foi introduzida na região por cultivo há muitos anos.

Estiveram presentes em mais de 50% das amostras três espécies, *Opuntia palmadora*, *Pilosocereus pachycladus* e *Agave sisaliana*, as responsáveis pela imagem característica da paisagem de caatinga no Curimataú.

As interferências externas têm favorecido a expansão dos extratos arbustivo e herbáceo em substituição ao estrato arbóreo, que passou a diminuir gradualmente. Fragmentos dessa vegetação, antes dominante, hoje sobressaem na paisagem, como manchas pontuais. Espécimes arbóreos, emergindo em diversos pontos, já sem formar dossel, testemunham a densidade da formação original. Verifica-se, pois, que a vegetação se distribui



no Curimataú formando um gradiente decrescente de densidade e cobertura vegetal.

6.3.2.1.2 FAUNA TERRESTRE

Os recursos faunísticos do PEPB constituem-se de espécies bem conhecidas e de pequeno porte, como mamíferos, répteis e aves, estas espécies estão constantemente sofrendo a pressão dos caçadores, provocando desequilíbrio e extinção de alguns exemplares da fauna (CAVALCANTE, 2003).

Para a caracterização da fauna da área de influência indireta serão utilizados dados secundários, tendo como base: Análise das variações da Biodiversidade do Bioma Caatinga: Suporte a estratégias regionais de Conservação e Áreas e ações prioritárias para a conservação da Caatinga.

MASTOFAUNA

Segundo o MMA (2005), dois inventários sobre a diversidade de mamíferos da Caatinga recentemente publicados (OLIVEIRA et al., 2003; OLIVEIRA, 2004) desmistificam a pobreza relativa e o baixo grau de endemismo, características sustentadas por todos os levantamentos que os antecederam. A única constatação que não foi derrubada à luz das novas informações foi sobre o baixo nível de investimento no conhecimento não apenas da mastofauna, mas da grande maioria dos grupos zoológicos desse bioma.

Destacando-se dentre a mastofauna a ocorrência do timbu ou cassaco (*Didelphis albiventris*), o sagüi (*Callithrix jacchus*), o punaré ou rabudo (*Thrichomys apereoides*), os morcegos (*Artibeus planirostris*, *Carollia perspicillata*), a catita (*Gracilinanus agilis*), a

raposa (*Cerdocyon thous*), o guaxinim (*Procyon cancrivorus*), o preá (*Galea spixii*), e os morcegos (*Artibeus planirostris* e *Carollia perspicillata*).

AVIFAUNA

Estudos apontam à existência de uma grande diversidade de espécies de aves presentes no domínio da Caatinga. O levantamento das aves da região é fundamental para avaliar como o Projeto da Integração poderia provocar alterações nos habitats (moradias) ou na vida dessas espécies.

Dentre as espécies de aves existentes na região, podem-se citar: galo-da-campina, anão-da-caatinga, jandaia, tico-tico-do-mato, bacurau-da-caatinga, garças, socós, marrecas, frango-d'água.

Essas aves, entretanto, costumam ser alvos freqüentes de caçadores. A falta de perspectivas para a região leva muitos moradores a adotar como prática de subsistência a captura de aves para comercialização em feiras e beiras de estradas.

Até nisso, vê-se o reflexo da falta d'água: sem condições para a prática da agricultura ou de outra atividade econômica, o extrativismo básico se torna uma alternativa de sobrevivência.

ÁRTROPODES

A heterogeneidade ambiental da caatinga e a singularidade de certos ambientes permitem supor a possibilidade de a fauna de invertebrados desse bioma ser riquíssima, com várias espécies endêmicas. Entretanto, o aspecto que mais se destaca na análise dos dados sobre os invertebrados habitantes da caa-

tinga é o conhecimento insuficiente que deles se tem (VIANA et al, 2003).

A maior coleção de aranhas Mygalomorphae (Arachnida, Araneae), com aproximadamente 10.000 espécimes, está depositada no Instituto Butantan, e apenas entre 0,5% a 1,0% (50 a 100 exemplares) são provenientes de áreas de caatinga, sendo que parte das espécies ocorre em remanescentes de mata. A espécie mais representada é *Acanthoscurria natalensis* (Theraphosidae), que ocorre também em áreas de cerrado no Nordeste.

O grupo dos insetos (do latim insecta = seccionado) é formado por baratas, gafanhotos, besouros, formigas, moscas, piolhos e muitos outros animais semelhantes, que totalizam mais de 900 mil espécies. É o maior grupo de animais do planeta, vivendo em praticamente todos os habitats, com exceção das regiões mais profundas no mar.

6.3.2.2 ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

A construção da barragem afetará o rio Bujari, como explicitado no estudo da área de influência direta e para a área de influência indireta foi feita uma caracterização da bacia hidrográfica do Rio Curimataú.

De acordo informações disponibilizadas pela SUDEMA a água do rio curimataú é clas-

sificada como boa, no entanto a demanda humana não é atendida (N/A) na bacia do rio Curimataú por restrições qualitativas somente contornáveis por redução da salinidade de suas águas. Na bacia do rio Curimataú as águas dos sistemas de abastecimento urbano não são utilizadas pela população para dessedentação.

ICTIOFAUNA

A partir das informações disponíveis foi possível obter dados referentes às 185 espécies de peixes do bioma, as quais estão distribuídas em cem gêneros. A maioria (57,3%) dessas espécies é endêmica. O estado de conservação dos peixes da Caatinga é ainda precariamente conhecido; de início, apenas quatro espécies foram listadas no bioma como ameaçadas de extinção. Deve-se ponderar, porém, que grande parte da ictiofauna não foi ainda avaliada. Todavia, é preciso considerar o fato de a ampliação de áreas de ocupação agropecuária e urbana contribuir para redução e a degradação de habitats disponíveis para os peixes de água doce. O crescente desmatamento em áreas de caatinga atinge as formações de vegetação ciliar em quase todo o bioma.



6.3.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

Entre os anos de 1900 e 1940, o crescimento da população do Estado da Paraíba foi retomado em relação à brasileira. Tal fato deu-se por influência de revigoramento da atividade agrícola no estado, o acréscimo nas atividades urbanas e ainda pelo beneficiamento e comercialização do algodão. De 1940 a 1980, acontece um declínio no crescimento populacional, que pode ter sido causado, entre outros fatores, pelo poder de atração econômica exercido, à época pelo Centro-Sul do Brasil e áreas de expansão da fronteira agrícola. Somente a partir de Censo realizado em 1991 pelo IBGE, foi registrado novo crescimento populacional no estado, reflexo da atenuação dos fluxos migratórios para a região Sudeste e a migração de retorno.

Quanto à população rural da Paraíba, a partir da década de 1970, houve uma queda acentuada no número de habitantes devido ao êxodo rural. Enquanto em 1950, cerca de 75% da população residia na zona rural, o Censo IBGE de 1991, mostrou que este valor caiu para 36%.

Contribuíram para o êxodo rural no Estado: a expansão da cana-de-açúcar em áreas tradicionais de policulturas; a expansão da pecuária; a dependência da agricultura em relação ao capital financeiro; o reforço da concentração de posse e da propriedade fundiária; a atração exercida pela cidade e o ciclo das secas.

As secas, por sua vez, tornaram-se fator preponderante para o processo migratório. A mobilidade da população oriunda do campo destinou-se a tanto outros Estados quanto às cidades paraibanas, explicando o crescimento expressivo da capital, João Pessoa e de Cam-

pina Grande. Partiu do agreste paraibano a migração mais expressiva.

A partir da década de 1990, vem sendo verificado um processo de migração inversa. Muitas pessoas desempregadas e em situação de miséria vem se organizando com o apoio de alguns movimentos sociais como o MST - Movimento dos Sem Terra.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC do ano de 1997, a crise na economia do Rio Grande do Norte dá-se a partir da década de 1970, com a decadência da forma tradicional de uso do solo rural (gado e algodão), a ampliação do setor terciário e a criação de empregos públicos.

O principal fluxo migratório se dá em direção à capital, Natal. A partir da década de 1940, iniciam-se as históricas correntes migratórias em direção à Região Sudeste.

No ano de 1976, dos chefes de família que migraram para Natal, 19,4% provinham da microrregião homônima, 7,5% do Seridó e 6,8% do Agreste Potiguar. As causas da emigração rural vão desde a estagnação da economia e as relações de trabalho no campo.

6.3.3.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS

A história da formação econômica do Nordeste deixa evidente o quanto os estados dessa região colocam-se na dependência da participação da agricultura como geradora de alimentos, de emprego, de renda, e mesmo como determinante da própria dinâmica de sua economia. O principal impulso econômico da região era o setor exportador, constituído, basicamente, dos produtos da Zona da Mata e do semi-árido, entre os quais se destaca o açúcar, o algodão, o cacau, o fumo, os couros e

peles, alguns minérios e algumas oleaginosas. O crescimento do produto regional, para a maioria dos estados, esteve apoiado nas exportações desses produtos. Atualmente, os estados possuem uma estrutura produtiva mais diversificada e a dinâmica de suas economias não depende, unicamente, do multiplicador do comércio exterior. Indicadores recentes das exportações nordestinas revelam uma queda na participação destas no produto regional, mostrando, de certa forma, que as vendas ao exterior têm contribuído muito pouco para o crescimento regional.

6.3.3.1.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA

Para a descrição da organização social e dos serviços públicos dos municípios inseridos na área de influência indireta e da bacia hidrográfica foi realizada mediante informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através de seu Atlas de Desenvolvimento Humano, dos anuários estatísticos dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte e das informações levantadas em campo pela PROGEL.

Para a área de influência indireta do empreendimento foi considerado um total de 13 (treze) municípios, dos quais 06 (seis) estão situados no Estado da Paraíba e 07 (sete) no Estado do Rio Grande do Norte, conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1 - Distribuição dos municípios por estado

ESTADO DA PARAÍBA	Estado do R. G. do Norte
• Araruna	Baía Formosa
• Cacimba de Dentro	Canguaretama
• Campo de Santana	Montanhas
• Dona Inês	Nova Cruz
• Logradouro	Passa e Fica
• Riachão	Pedro Velho
	Serra de São Bento

6.3.3.1.2.1 ARARUNA (PB)

HISTÓRICO

Indígenas da tribo CARIRI habitavam a região onde hoje é o município de Araruna. Depois a localidade foi povoada por criadores de gado bovino vindos do Rio Grande do Norte para também desenvolverem a agricultura. Atribui-se a Feliciano Soares do Nascimento a Fundação da Povoação de Araruna no ano de 1845, nos contrafortes da serra do mesmo nome.

O vocábulo "ARARUNA" significa em língua indígena "ARARA PRETA", denominação proveniente da abundância dessa ave na região de plumagem azul - escuro.

Com o crescimento do povoado foi construída a sede da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1854.

Elevado à categoria de município com a denominação de Araruna, pela lei provincial nº 616, de 10-07-1876, desmembrado de Bananeiras.

Em divisão territorial datada de 15-07-1999, o município é constituído do distrito sede, as-



sim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

LOCALIZAÇÃO

O município de Araruna (Fotografia 78)

está localizado na Micro-região do Curimataú Oriental e na Meso-região do Agreste Paraibano, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 31' Sul, e longitude 35° 44' Oeste, com uma área de 306,2 km², o que equivale a 0,4354% da superfície estadual.

Fonte: <http://www.ararunapb.com/site/pagina/historia/Araruna>.

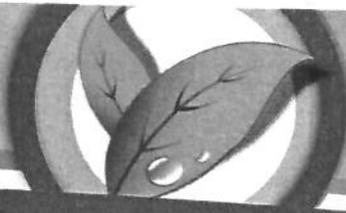


Fotografia 78 - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, a 2ª maior igreja do Estado da Paraíba

Araruna limita-se a Norte com o Estado do Rio Grande do Norte, a Leste com os municípios de Campo de Santana (Tacima) e Riachão e a Oeste e ao Sul com o município de Cacimba de Dentro e está inserido nas Folhas SUDENE de Solânea e São José do Campestre. Sua sede tem uma altitude correspondente a 570 m e dista 115 km da capital, João Pessoa. O acesso principal dá-se, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR-230 e PB-111.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Araruna apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 16.605 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 19.191, onde 10.286 habitantes (53,39%) viviam na Zona Rural e 8.945 habitantes (46,61%) residiam na Zona Urbana.



6.3.3.1.2.2 CACIMBA DE DENTRO (PB)

HISTÓRICO

O sítio Cacimba de Dentro, de propriedade de um cobrador de impostos chamado José Rocha, implantado no local onde hoje se encontra a cidade que lhe tomou o nome, por volta de 1880, foi o primeiro passo para a povoação do lugar. Até 1923, a propriedade não era vista combons olhos pelos moradores da região, pois o Sr. José Rocha mantinha sob suas ordens, um grande número de homens fortemente armados e que impunha um autêntico clima de pânico nas circunvizinhanças.

Tal situação foi se transformando aos poucos, com a chegada de novos moradores, procedentes de Araruna e dentre eles em 1923, o Sr. Pedro Targino da Costa Moreira, considerado o verdadeiro fundador do povoado. Construir de imediato um mercado público e abriu uma casa de comércio, além de construir inúmeras casas de moradias que vendia ou alugava as famílias que ali chegavam. Constam-se que entre os primeiros habitantes, Belmiro Costa, Idelfonso Fernandes de Lima, Manoel Bevenuto Barbalho de Araújo, Ernesto Hipólito, Francisco Alves Leadebal, Símpliciano Hipólito, João Praeiro e José Bonifácio.

A primeira capela que fora construída em 1922, sofreu ampla reforma no ano de 1966, constituindo-se atual matriz. A origem do nome deve-se ao fato de existirem na propriedade primitiva, duas cacimbas de água de ótima qualidade a "velha" e a "nova", sendo esta última, mais para dentro da mata, daí o nome com que foi batizada a propriedade e, mais tarde confirmado povoado.

O povoado de cacimba de dentro passou a distrito de Araruna, por volta de 1937, tendo con-

seguido sua emancipação política através da Lei 2138 de 08 de junho de 1959, sendo sua instalação oficial a 27 de setembro do mesmo ano, desmembrando do município de Araruna e formado um único distrito, o da sede.

LOCALIZAÇÃO

O município de Cacimba de Dentro (Fotografia 79) é um dos sete municípios que formam a Microrregião do Curimataú Oriental, Mesorregião do Agreste Paraibano. Está situado entre as coordenadas de 6°26'08" de latitude sul e 35°24'08" de longitude oeste, com uma área de 239,7 km².

Fonte: <http://www.citybrazil.com.br>



Fotografia 79 - Vista da praça central e da matriz da cidade de Cacimba de Dentro.



Limita-se ao norte com o município de Araruna. Ao sul, com Solânea; a leste com os municípios de Dona Inês e Riachão; a oeste com o município de Damião. Sua sede tem uma altitude correspondente a 536 m e dista 115 km da capital, João Pessoa. O acesso principal dá-se, a partir de João Pessoa, pela rodovia federal BR-230 e pelas rodovias estaduais PB-105 e PB-111.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Cacimba de Dentro apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 16.817 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 17.108, onde 8.529 habitantes (49,86%) viviam na Zona Rural e 8.579 habitantes (50,14%) residiam na Zona Urbana.

6.3.3.1.2.3 CAMPO DE SANTANA (PB)

HISTÓRICO

O povoamento de Tacima começou a partir do século XVII. No entanto, historiadores fazem referência a presença de Expedições Portuguesas e Holandesas muito antes, pois existe registro de que eles foram até o Rio Grande do Norte, a procura de célebre Mina de Cunhaú. Essas Expedições aconteceram no período de 1643 a 1645.

A origem do nome Tacima deriva de uma

função de Ita-Cima, palavra de origem Tupi-Guarani, que quer dizer Pedra Lisa ou Pedra Alta. Essa Pedra, da qual derivou o nome do lugar, é muito grande, e atualmente é conhecida como Pedra da Boca. Originou-se também do comércio, beneficiada pela localização geográfica, pela imensa cultura de algodão e pela atividade criatória, trazida pelos primeiros moradores do local. Por volta de 1870, já era bem desenvolvida; foi levada a vida pelo Decreto Lei Estadual 1.164, de 15 de novembro de 1938 e finalmente a criação do município aconteceu em 24 de abril de 1959, por força de Lei 2.046.

O Frei Damião de Bozzano, religioso peregrino muito venerado no Nordeste Brasileiro, após uma grande festa pastoral no município, denominou o local como Campo de Santana, por ser uma área de planalto muito extenso. O nome oficial do município de Tacima passou então, para Campo de Santana através da Lei Municipal nº 28/96, de 01 de outubro de 1996.

LOCALIZAÇÃO

O município de Campo de Santana (Fotografia 80) é um dos sete municípios que formam a Microrregião do Curimataú Oriental, Mesorregião do Agreste Paraibano. Está situado entre as coordenadas de 6°26'08" de latitude sul e 35°24'08" de longitude oeste, com uma área de 247 km², o que equivale a 0,437% da superfície estadual.



Fonte: <http://www.tacima.net/Tacima.php>



Fotografia 80 - Vista aérea da sede do município de Campo de Santana.

Limita-se ao norte com os municípios de Passa e Fica e Nova Cruz (Rio Grande do Norte). Ao sul, limita-se com os municípios de Bananeiras, Belém e Caiçara; ao leste com os municípios de Logradouro e Caiçara; a oeste com os de Araruna, Riachão e Dona Inês - todos estes no Estado da Paraíba. Sua sede tem uma altitude correspondente a 168 m e dista 110,2 km da capital, João Pessoa. O acesso principal dá-se, a partir de João Pessoa, pela rodovia federal BR-230 e pelas rodovias estaduais PB-104, PB-105 e PB-111.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Campo de Santana apresentava segundo da-

dos do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 9.388 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 9.549 habitantes, onde 5.506 habitantes (57,66%) viviam na Zona Rural e 4.043 habitantes (42,34%) residiam na Zona Urbana.

6.3.3.1.2.4 DONA INÊS (PB)

HISTÓRICO

A colonização de Dona Inês começou no início do século XX, quando se formaram os pequenos sítios e fazendas. Os primeiros moradores do lugar foram José Paulino da Costa,



Pedro Teodoro da Silva e Pedro José Teixeira.

Contam os mais antigos, que por volta de 1850, vaqueiros que vinham de outras regiões à procura de gado desgarrado, avistaram ao longe uma coluna de fumaça. Achando tal fato estranho, pois julgava-se que o lugar era completamente desabitado, para lá se dirigiram e encontraram, à sombra de um cajueiro, ao lado de uma cacimba, uma senhora de cor branca, tendo como acompanhante um serviçal negro. A senhora disse chamar-se INÊS, que era "Senhora de Engenho" em Pernambuco.

Esta história contada pelos mais antigos, sobre a primeira pessoa encontrada no lugar. A senhora nunca mais foi vista, surgindo desse fato, a denominação do lugar de Serra de Dona Inês.

Com passar dos anos, em 1943, por força do decreto lei 520, a pequena povoação passou a condição de Vila, pertencente ao município de Bananeiras.

Na divisão administrativa do Brasil, para o quinquênio 1944/48, Dona Inês ainda figurou como distrito de Bananeiras.

A autonomia administrativa ocorreu por força da Lei 2.141, de 19 de junho de 1959, sendo sua instalação oficial em 15 de novembro do mesmo ano, desmembrado de Bananeiras e formando apenas um Distrito, o da Sede, desaparecendo o início do topônimo, ficando com a denominação de Dona Inês.

A comunidade, desde o seu primórdio, pratica a agricultura de subsistência. Entretanto, entre 1955 e 1966, experimentou acentuado crescimento com o cultivo do sisal, cultura que entrou em decadência, quando utilização por produtos sintéticos.

LOCALIZAÇÃO

O município de Dona Inês (Fotografia 81) está localizado na Micro-região do Curimatá Oriental e na Meso-região do Agreste Paraibano, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 37' 04" Sul, e longitude 35° 37' 55" Oeste, com uma área de 74,1 km², o que equivale a 0,23% da superfície estadual.

Fonte: <http://martinhoalves.blogspot.com>



Fotografia 81 - Cruzeiro e Igreja da Virgem de Conceição.



O município de Dona Inês limita-se com os municípios de Riachão e Campo de Santana, ao Norte, Bananeiras e Solânea, ao Sul, Campo de Santana, ao Leste e Cacimba de Dentro, a Oeste e está inserido na Folha SUDENE de Solânea. Sua sede tem uma altitude correspondente a 421 m e dista 101,2 km da capital, João Pessoa. O acesso principal dá-se, a partir de João Pessoa, pelas rodovias federais BR-230 e BR-104 e as estaduais PB-103 e PB-105.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Dona Inês apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 10.227 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 10.832 habitantes, onde 6.385 habitantes (53,39%) viviam na Zona Rural e 4.447 habitantes (46,61%) residiam na Zona Urbana.

6.3.3.1.2.5 LOGRADOURO (PB)

HISTÓRICO

Não há dados oficiais que comprovem com exatidão os fatos que marcaram a história do município de Logradouro, notadamente quando a sua fundação. Dessa forma os aspectos históricos aqui relacionados seguem o curso normal das narrativas orais transmitidas pelos mais antigos moradores do Município.

O Município de Logradouro originou-se com a construção de moradias dos fazendeiros e comerciantes: srs. Antônio Franciscano do Amaral, Luiz Ribeiro do Amaral, Teodomiro e Francisco Gomes; mas foi nos idos de

1935 que este povoado se firmou como vila com a chegada do sistema ferroviário e com a construção da usina Abílio Dantas; pois com a estrada de ferro os nossos antepassados podiam ter acesso facilmente aos povoados da região, e com a usina além de utilizar a matéria prima local o algodão oferecia trabalho aos moradores.

Elevado à categoria de município, com a denominação de Logradouro, pela lei estadual nº 5916, de 29-04-1994, desmembrado de Caiçara. Sede no antigo distrito de Logradouro. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997.

LOCALIZAÇÃO

O município de Logradouro (Fotografia 82) está localizado na Micro-região de Guarabira e na Meso-região do Agreste Paraibano, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 36' 50" Sul, e longitude 35°26'34" Oeste, com uma área de 42,4 km², o que equivale a 0,067% da superfície estadual.

Fonte: <http://www.logradouropb6.blogspot.com/>



Fotografia 82 - Capela de Nossa Senhora do Desterro, patrimônio histórico da cidade.

O município de Logradouro limita-se com o município de Nova Cruz/RN ao Norte, Caiçara ao Sul e a Leste e Campo de Santana a Oeste. Logradouro está inserido na Folha SUDENE de Guarabira. Sua sede tem uma altitude correspondente a 140 m e dista 84,8 km da capital, João Pessoa. O acesso principal dá-se, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR-101 e PB-61/PB-71.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Logradouro apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 3.389 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 3.816 habitantes, onde 2.133 habitantes (55,9%) viviam na Zona Rural e 1.683 habitantes (44,10%) residiam na Zona Urbana.

6.2.3.1.6 RIACHÃO (PB)

HISTÓRICO

A região onde está localizado o município de Riachão ainda não teve o seu passado resgatado em documentos escritos. Pela tradição oral, sabe-se que o local foi ponto de passagem de mercadores de gado que, do litoral, demandavam as terras altas de Araruna.

A existência de um riacho grande que corria dos elevados serranos para os baixios, favoreceu a implantação de uma das primeiras fazendas do lugar, coincidente chamada da Fazenda Baixio, do ex-governador paraibano José Targino.

Riachão foi desmembrado de Araruna ganhando independência política por força da Lei nº 5.888, sancionada a 29 de abril de 1994,

com publicação no Diário Oficial da Paraíba em 5 de maio do mesmo ano. Pode-se afirmar que o seu fundador oficial foi o Sr. Emany Gomes de Moura, que na condição de Deputado Constituinte foi o autor do projeto de emancipação política do Riachão. O monumento histórico da região é a Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída no ano de 1855. No interior daquele templo são rezadas as missas dominicais.

LOCALIZAÇÃO

O município de Riachão está localizado na Micro-região do Curimataú Oriental e na Meso-região do Agreste Paraibano, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 33' 00" Sul, e longitude 35° 38' 45" Oeste, com uma área de 79,8 km², o que equivale a 0,159% da superfície estadual.

Riachão limita-se com o município de Campo de Santana ao Norte, Dona Inês ao Sul, Caiçara Leste e Araruna a Oeste. Riachão está inserido na Folha SUDENE de Solânea. Sua sede tem uma altitude correspondente a 0 m e dista 106,8 km da capital, João Pessoa. O acesso principal dá-se, a partir de João Pessoa, pelas rodovias federais BR-101 e BR-104 e rodovias estaduais PB-105 e PB-111.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Riachão apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 2.793 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 3.405 habitantes, onde 1.628 habitantes (47,81%) viviam na Zona Rural e 1.777 habitantes (52,19%) residiam na Zona Urbana.



6.2.3.1.7 BAÍA FORMOSA (RN)

HISTÓRICO

O município teve sua origem em um núcleo de pescadores que se organizaram em torno do movimentado porto de embarcações, situado no Oceano Atlântico.

Ao terminar o corte do pau-brasil, em meados do século XVIII, ficou sendo lugar de veraneio das famílias Albuquerque Maranhão e de fazendeiros das redondezas.

Seus moradores construíram a capela de Nossa Senhora da Conceição. As lavouras de cereais e a pesca de albacoras, capturadas na técnica do corso, passaram a ser os maiores recursos econômicos.

O acontecimento mais notável na memória local foi a matança de agosto de 1877, em que João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, senhor de engenho Estrela, latifundiário poderoso, à frente de um grupo armado veio à Baía Formosa para desalojar seus moradores,

alegando a posse da enseada. O pescador Francisco Magalhães e mais quatorze homens armados com facas e cacetes enfrentaram os agressores, havendo luta furiosa em que perderam a vida seis pessoas. Houve processo e prisão do mandante e participante da chacina, que submetido a júri em Carguaretama foi absolvido em 1878.

A denominação BAÍA FORMOSA originou-se por situar-se na belíssima enseada que se constitui a única baía do Estado do Rio Grande do Norte.

LOCALIZAÇÃO

O município de Baía Formosa (Fotografia 83) está localizado na Micro-região do Litoral Sul e na Meso-região do Leste Potiguar, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 22' 10" Sul, e longitude 35° 00' 28" Oeste, com uma área de 250,1 km², o que equivale a 0,47% da superfície estadual.

Fonte: <http://www.panoramio.com>



Fotografia 83 - Vista aérea da cidade de Baía Formosa.

O município de Baía Formosa limita-se com o município de Canguaretama e Oceano Atlântico ao Norte, com o Estado da Paraíba ao Sul, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com Canguaretama. Baía Formosa está inserida nas Folhas SUDENE de São José de Mipibu e Guarabira. Sua sede tem uma altitude correspondente a 4 m e dista 67,5 km da capital, Natal. O acesso principal dá-se, a partir de Natal, pelas rodovias BR-101 e RN-269/RN-62.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Baía Formosa apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 7.821 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 8.466 habitantes, onde 1.507 habitantes (17,80%) viviam na Zona Rural e 6.959 habitantes (82,20%) residiam na Zona Urbana.

6.2.3.1.8

CANGUARETAMA (RN)

HISTÓRICO

O primeiro núcleo colonizador do município deu-se com apovação de Uruá, que passou a chamar-se Vila de Canguaretama, em virtude da transferência da sede de Vila Flor, ocorrida com a expulsão dos Jesuítas, em 1885.

O missionário capuchinho Frei Serafim de Catânia deu a Freguesia o nome de Penha, conservado por lei, nome pelo qual, ainda hoje, é conhecido pelos antigos moradores.

A história de Canguaretama registra o episódio denominado "Martírio de Cunhaú", em 1645, durante o domínio holandês, quando o judeu alemão Jacob Rabi, delegado de Conde Maurício de Nassau junto a tribo dos Janduís, ali chegou, convocando os moradores para um encontro pacífico, após a missa dominical. Nesse domingo, por ocasião da elevação da hóstia, mandou que os índios invadissem a capela, matando todos os presentes, e até os que se encontravam na casa grande do engenho foram massacrado, tendo-se salvo, apenas 3 pessoas.

LOCALIZAÇÃO

O município de Canguaretama (Fotografia 84) está localizado na Micro-região do Litoral Sul e na Meso-região do Leste Potiguar, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 22' 48" Sul, e longitude 35° 07' 44" Oeste, com uma área de 280,3 km², o que equivale a 0,53% da superfície estadual.

Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br



Fotografia 84 - Estação ferroviária da cidade de Canguaretama, inaugurada em 1882.



O município de Canguaretama limita-se com os municípios de Vila Flor, Tibau do Sul, Goianinha e Espírito Santo ao Norte, com o Mataraca/PB ao Sul, a Leste com Baía Formosa e a Oeste com Pedro Velho. Canguaretama está inserida nas Folhas SUDENE de São José de Mipibu e Guarabira. Sua sede tem uma altitude correspondente a 5 m e dista 65,6 km da capital, Natal. O acesso principal dá-se, a partir de Natal, pelas rodovias BR-101 e RN-269.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Canguaretama apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 27.011 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 29.334 habitantes, onde 10.199 habitantes (34,76%) viviam na Zona Rural e 19.135 habitantes (65,24%) residiam na Zona Urbana.

6.2.3.1.9 MONTANHAS (RN)

HISTÓRICO

O município de Montanhas teve sua origem no lugar chamado Lagoa das Queimadas, situado às margens do rio Curimataú, cuja sesmaria foi dada ao Padre José Vieira Afonso.

Ainda no século XIX passou a chamar-se Lagoa de Montanhas, em virtude de situar-se entre montanhas que lhe proporcionam um clima ameno e aprazível, razão pela qual o poeta Cícero Moura sugeriu chamá-la "Suiça do Agreste".

O desenvolvimento econômico foi proporcionado pelo plantio de cereais em suas terras férteis, e pela ligação à Capital do Estado, pela estrada de ferro, desde 1882.

LOCALIZAÇÃO

O município de Montanhas (Fotografia 85) está localizado na Micro-região do Litoral Sul e na Meso-região do Leste Potiguar, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 29' 09" Sul, e longitude 35° 17' 15" Oeste, com uma área de 65,2 km², o que equivale a 0,12% da superfície estadual.

Fonte: <http://poetasdemontanhas.blogspot.com>



Fotografia 85 -
Vista da Matriz
de São João
Batista.



O município de Montanhas limita-se com os municípios de Pedro Velho e Nova Cruz ao Norte, com o Estado da Paraíba ao Sul, a Leste com Pedro Velho e a Oeste com Nova Cruz. Montanhas está inserida nas Folhas SUDENE de São José de Mipibu e Guarabira. Sua sede tem uma altitude correspondente a 87 m e dista 77,3 km da capital, Natal. O acesso principal dá-se, a partir de Natal, pelas rodovias BR-101 e RN-269.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Montanhas apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 11.948 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 12.393 habitantes, onde 2.917 habitantes (23,54%) viviam na Zona Rural e 9.476 habitantes (76,46%) residiam na Zona Urbana.

6.2.3.1.10 NOVA CRUZ (RN)

HISTÓRICO

Era início do século XVII quando surgiu um núcleo populacional às margens do rio Curimataú, resultado da instalação de uma hospedaria pertencente aos primeiros moradores que ali chegaram.

A hospedaria destinava-se ao descanso dos boiadeiros, vindos da Paraíba e de Pernambuco, quando passavam pela região com seus rebanhos. O crescimento da povoação foi aumentando quando muitos boiadeiros que por ali passavam, fixaram moradia.

No início o povoado foi chamado de Urtigal, segundo historiadores, pela quantidade

de urtigas existentes no local. Logo depois seu nome foi mudado para Anta Esfolada, em virtude de alguns fatos ocorridos na localidade, e contados pelo historiador Manoel Dantas, que diz: "existia no território uma anta com espírito maligno. Em determinado dia um astuto caçador conseguiu prender o animal numa armadilha. Na ânsia de tirar o feitiço da anta, o caçador partiu para esfolar o animal vivo.

Mas logo no primeiro talho a anta conseguiu escapar, deixando para trás sua pele e penetrando mata adentro". Tornando-se o terror daquelas paragens e sem que o povoado conhecesse outra denominação, continuava sendo chamado de Anta Esfolada, até que um missionário conhecedor de artes diabólicas e do exorcismo, percebendo que o demônio fazia mal àquela terra, através do corpo da anta, adquiriu galhos de inharé vindos de Santa Cruz, fez uma cruz e fincou no ponto mais alto da vereda por onde o animal costumava passar.

O animal não mais apareceu e o povoado foi denominado definitivamente de Nova Cruz, e no dia 15 de março de 1852, pela Lei Provincial nº 245, foi criado o município de Nova Cruz que só em 3 de dezembro de 1919, recebeu foros de cidade.

LOCALIZAÇÃO

O município de Nova Cruz (Fotografia 86) está localizado na Micro-região do Agreste Potiguar e na Meso-região do Agreste Potiguar, apresentando as seguintes coordenadas: latitude de 6° 28' 41" Sul, e longitude 35° 26' 02" Oeste, com uma área de 283,4 km², o que equivale a 0,53% da superfície estadual.



Fotografia 86 - Igreja matriz da cidade de Nova Cruz.

O município de Nova Cruz limita-se com os municípios de Santo Antônio e Várzea ao Norte, com o Estado da Paraíba ao Sul, a Leste com Pedro Velho, Montanhas e Várzea e a Oeste com Lagoa D'anta e Passa e Fica. Nova Cruz está inserida nas Folhas SUDENE de São José do Campestre e São José de Mipibu. Sua sede tem uma altitude correspondente a 73 m e dista 79,9 km da capital, Natal. O acesso principal dá-se, a partir de Natal, pelas rodovias BR-304, RN-120 e RN-160.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Nova Cruz apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 33.834 habitantes. A contagem rea-

lizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 35.280 habitantes, onde 11.325 habitantes (32,10%) viviam na Zona Rural e 23.955 habitantes (67,90%) residiam na Zona Urbana.

6.2.3.1.10 PASSA E FICA (RN)

HISTÓRICO

No ano de 1929, num território desabitado, localizado à beira da estrada que liga Nova Cruz a Serra de São Bento, Daniel Laureano de Souza construiu sua casa, e assim deu início a um povoado. Foi na sua própria casa que ele montou uma pequena bodega e passou a bancar jogos, vender aguardente aos que por



ali passavam. O pequeno negócio tornou-se conhecido de todos, que ao passarem pela estrada eram atraídos a entrar na bodega e não queriam mais sair.

Ao longo do tempo o pequeno empreendimento de Daniel Laureano, que começou de maneira improvisada, tomou influência pelas redondezas, dando origem a um pequeno núcleo populacional ao seu redor. Contam que um dos moradores da área, Antônio Luiz Jorge de Oliveira, conhecido como Antônio Lulu, para justificar o sucesso da bodega, dizia que aquele lugar era o passa e fica, e assim surgiu o nome Passa e Fica.

Foi através da Lei no 2.782, do dia 10 de

maio de 1962, que Passa e Fica desmembrou-se de Nova Cruz, tornando-se o mais novo município potiguar.

LOCALIZAÇÃO

O município de Passa e Fica (Fotografia 87) está localizado na Mesorregião do Agreste Potiguar e na Microrregião do agreste Potiguar, apresentando as seguintes coordenadas: 6° 26' 09" de Latitude Sul e 35° 38' 35" de Longitude Oeste. Abrange uma área de 42,9 Km², equivalente a 0,08% da superfície estadual, inseridos na folha São José de Campestre editada pela SUDENE.

Fonte: <http://www.riocaminhadas.com.br>



Fotografia 87 - Pedra da Caveira, uma das atrações do município de Passa e Fica.

O município de Passa e Fica limita-se com os municípios de São José do Campestre e Lagoa D'anta ao Norte, com Campo de Santana/PB ao Sul, a Leste com Nova Cruz e e Lagoa D'anta e a Oeste com Serra de São Bento. Sua sede tem uma altitude correspondente a 189 m e dista 85,9 km da capital, Natal. O aces-

so principal dá-se, a partir de Natal, pelas rodovias BR-226, RN-093 e RN-160.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Passa e Fica apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000

uma população 8.329 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 10.372 habitantes, onde 4.372 habitantes (42,16%) viviam na Zona Rural e 6.000 habitantes (57,84%) residiam na Zona Urbana.

6.2.3.1.12 PEDRO VELHO (RN)

HISTÓRICO

Em território outrora habitado por índios paiaguaias os Afonsos fundaram, na margem esquerda do rio Curimataú, o povoado de Cuitezeiras. Erigiram uma capela em honra de Santa Rita de Cássia, em torno da qual se edificaram as primeiras moradias. A capela foi benedita em 1862. O povoado tinha, então, 30 fazendas de criação de gado, 2 engenhos de açúcar e 2 descaroadores de algodão.

A enchente do rio Curimataú, em 1901, inundou totalmente a vila de Cuitezeiras. Apenas a capela permaneceu incólume. Temeroso de novas enchentes, Claudino Martins Delgado construiu, em 1901, uma casa para sua residência, a cerca de dois quilômetros de Cuitezeiras. Lançou, dessa forma, os alicerces

da cidade que se denominou Vila Nova. Sucederam-se as construções. Desenvolveu-se o comércio. A sede municipal foi transferida para Vila Nova, que estendeu seu nome ao Município. A 26 de novembro de 1908, o topônimo Vila Nova foi substituído por Pedro Velho, homenagem à memória do republicano potiguar Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, falecido no ano anterior.

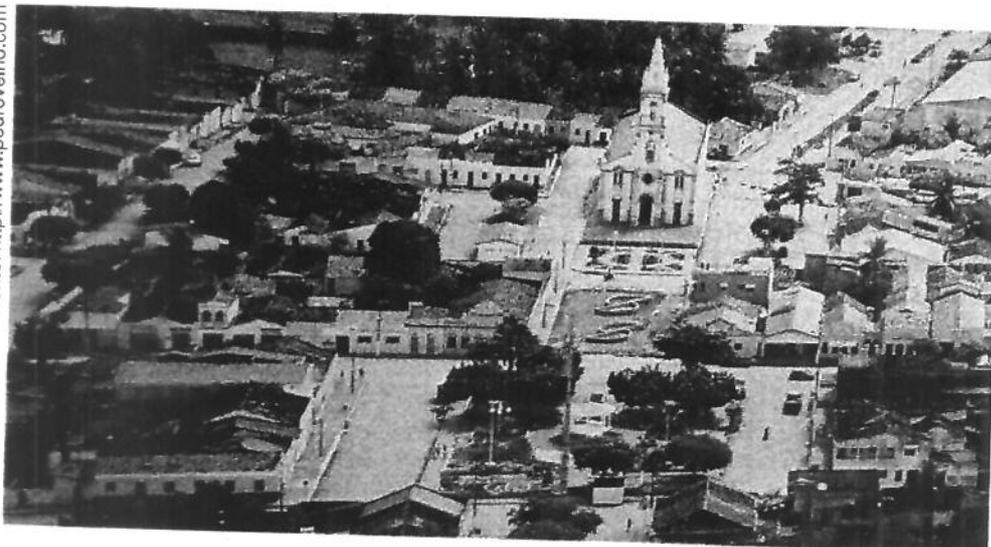
A paróquia, sob invocação de São Francisco, foi criada em 11 de fevereiro de 1922.

Novas inundações se sucederam em 1917 e 1924. Da antiga vila restam apenas a capela de Santa Rita, com um velho cemitério atrás; um cruzeiro, com pedestal de alvenaria, e uma velha samoeira.

LOCALIZAÇÃO

O município de Pedro Velho (Fotografia 88) está localizado na Mesorregião do Leste Potiguar e na Microrregião do Litoral Sul, apresentando as seguintes coordenadas: 6° 26' 21" de Latitude Sul e 35° 13' 17" de Longitude Oeste. Abrange uma área de 181,4 Km², equivalente a 0,34% da superfície estadual.

Fonte: <http://www.pedrovelho.com>



Fotografia 88 -
Vista aérea da cidade de Pedro Velho.



O município de Pedro Velho limita-se com os municípios de Canguaretama e Espírito Santo ao Norte, com Montanhas e o Estado da Paraíba ao Sul, a Leste com Canguaretama e a Oeste com Nova Cruz e Montanhas. Sua sede tem uma altitude correspondente a 22 m e dista 71,6 km da capital, Natal. O acesso principal dá-se, a partir de Natal, pelas rodovias BR-101 e RN-269.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Pedro Velho apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 13.518 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 13.673 habitantes, onde 7.545 habitantes (55,18%) viviam na Zona Rural e 6.128 habitantes (44,82%) residiam na Zona Urbana.

6.2.3.1.12 SERRA DE SÃO BENTO (RN)

HISTÓRICO

Com a instalação de famílias de colonos que vieram para a região atraídos pela boa qualidade das terras, localizadas na aprazível serra do Pires, nasceu o primeiro núcleo de povoamento do município. No final do século XVI-II, o núcleo já contava com várias fazendas de gado e grandes lavouras.

Nos meados do século XIX, o Coronel João de Oliveira Mendes foi quem dominou a lo-

calidade. Por ser dotado de recursos e muitas terras, gostava de ser tratado com muito respeito e espalhava pavor por causa da sua crueldade. Após seu falecimento, em 1850, o frei Alberto Santa Augusta Cabral fez um apelo à população na tentativa de acalmar os ânimos e pela pacificação, pediu que todos lançassem suas armas numa cova aberta em frente a igreja. como todos atenderam ao apelo do frei, a vala ficou cheia de armas. Contam que noventa e nove anos depois, várias armas forma encontradas, corroídas pela ferrugem.

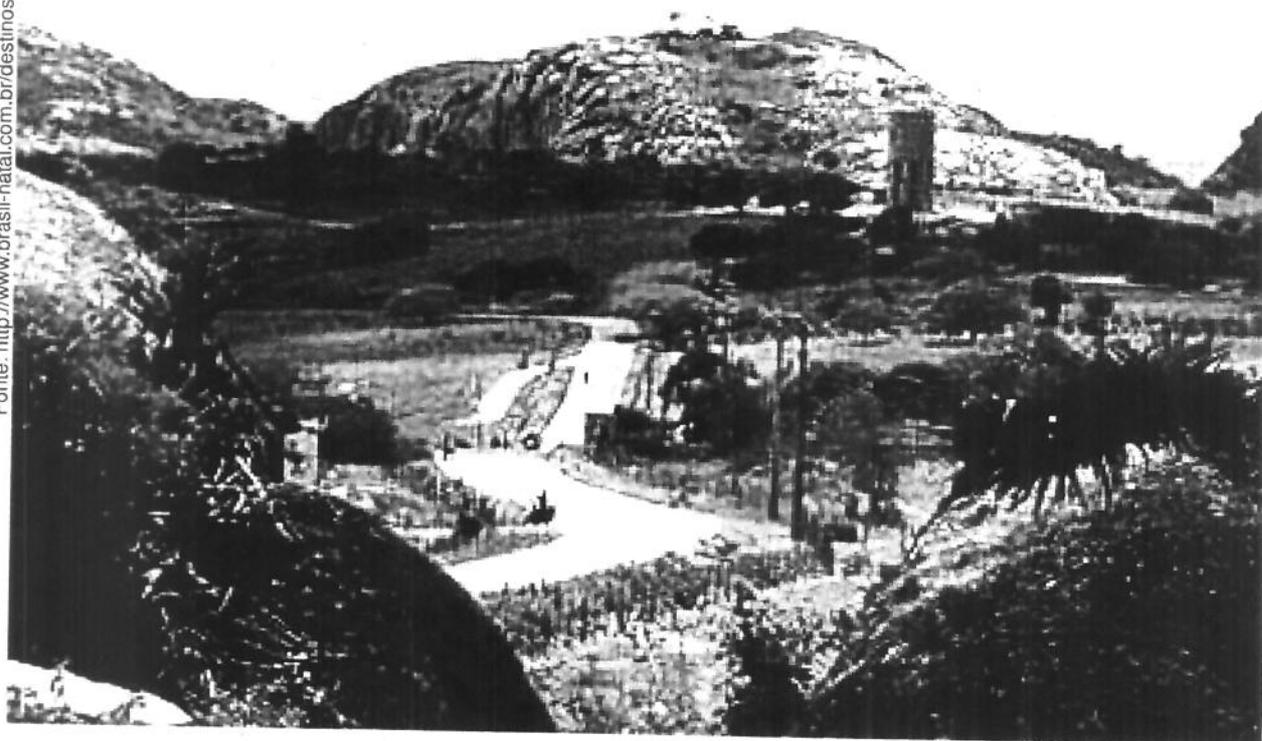
No ano de 1843, o povoado foi elevado à condição de distrito, do município de Goianinha. Tornou-se município no dia 15 de março de 1868 e ganhou sua primeira escola primária três anos depois, mas logo depois, no dia 12 de março de 1868, voltou à condição de povoado, dessa vez pertencendo ao município de Nova Cruz, que assim permaneceu até 31 de dezembro de 1958, quando através da Lei nº 2.337, desmembrou-se, tornando-se município com o nome de Serra de São Bento.

LOCALIZAÇÃO

O município de Serra de São Bento (Fotografia 89) está localizado na Mesorregião do Agreste Potiguar e na Microrregião da Borborema Potiguar, apresentando as seguintes coordenadas: 6° 25' 02" de Latitude Sul e 35° 42' 16" de Longitude Oeste. Abrange uma área de 98,5 Km², equivalente a 0,18% da superfície estadual.



Fonte: <http://www.brasil-natal.com.br/destinos>



Fotografia 89 - Entrada da cidade de Serra de São Bento/RN.

O município de Serra de São Bento limita-se com o município de São José de Campestre ao Norte, com o Estado da Paraíba ao Sul, a Leste com Passa e Fica e Lagoa D'Anta e a Oeste com Monte das Gameleiras. Sua sede tem uma altitude correspondente a 401 m e dista 88,1 km da capital, Natal. O acesso principal dá-se, a partir de Natal, pelas rodovias BR-304, BR-226 e RN-093/RN-269.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Serra de São Bento apresentava segundo dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000 uma população 5.870 habitantes. A contagem realizada pelo referido órgão, em 2007 a população era de 5.801 habitantes, onde 2.697 habitantes (46,49%) viviam na Zona

Rural e 3.104 habitantes (53,51%) residiam na Zona Urbana.

6.3.3.2.1 AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH

Com base nos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Brasil, no ano 2000 o quadro de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros, neste caso, para os municípios inseridos na área da bacia hidrográfica da Barragem Bujari é apresentado na tabela 9:



RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) BARRAGEM BUJARI

Fonte: PNUD/IBGE, 2000.

Tabela 9 - Indicadores de Desenvolvimento Humano dos Municípios inseridos na área da bacia hidrográfica.

MUNICÍPIOS	IDH-M	RANKING BRASIL	Municípios Melhor colocados (%)	Municípios igual/pior colocados (%)	Ranking PB	Municípios Melhor colocados (%)	Municípios igual/pior colocados (%)
ESTADO DA PARAÍBA							
Araruna	0,546	5.335 ^a	96,9%	3,1%	200 ^a	82,9%	10,8%
Cacimba de Dentro	0,548	5.319 ^a	96,6%	3,4%	195 ^a	87,0%	13,0%
Campo de Santana	0,548	5.319 ^a	96,6%	3,4%	195 ^a	87,0%	13,0%
Dona Inês	0,551	5.293 ^a	96,1%	3,9%	189 ^a	84,3%	15,7%
Logradouro	0,548	5.319 ^a	96,6%	3,4%	195 ^a	87,0%	13,0%
Riachão	0,568	5.135 ^a	93,2%	6,8%	151 ^a	67,3%	32,7%
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							
Baía Formosa	0,643	3.862 ^a	70,1%	29,9%	57 ^a	33,7%	66,3%
Canguaretama	0,600	4.648 ^a	84,4%	15,6%	130 ^a	77,7%	22,3%
Montanhas	0,586	4.889 ^a	88,8%	11,2%	154 ^a	92,2%	07,8%
Nova Cruz	0,617	4.351 ^a	79,0%	21,0%	109 ^a	65,1%	34,9%
Passa e Fica	0,611	4.453 ^a	80,8%	19,2%	120 ^a	71,7%	28,3%
Pedro Velho	0,626	4.187 ^a	76,0%	24,0%	95 ^a	56,6%	43,4%
Serra de São Bento	0,600	4.648 ^a	84,4%	15,6%	130 ^a	77,7%	22,3%

*Regiões consideradas de médio desenvolvimento humano pelo PNUD (0,5 e 0,8)

De acordo com os dados da tabela acima, dentre os 5.560 municípios brasileiros, 223 municípios paraibanos e 167 norte-riograndenses, os municípios de Dona Inês/PB e Montanhas/RN, apresentam os piores índices de desenvolvimento humano. Em situação melhor encontram-se os municípios de Riachão/PB e Baía Formosa/RN. Em nível de Brasil, todos os municípios apresentam situação ruim.

DINÂMICA POPULACIONAL

Tomando por base os dados do IBGE, observamos que no que se refere à dinâmica populacional dos municípios, os municípios de Passa e Fica, Montanhas, no estado do Rio Grande do Norte e Dona Inês, na Paraíba são

os mais densamente povoados. Já os municípios de Baía Formosa/RN, Riachão/PB e Campo de Santana/PB apresentam as menores densidades demográficas.

Com relação à população, os município de Nova Cruz/RN (onde será localizado o barramento), Canguaretama/RN e Cacimba de Dentro/PB lideram no número de habitantes. Já as menores concentrações estão nos municípios de Riachão e Logradouro, ambos no estado da Paraíba.

Estudos comprovam que em áreas que concentram altos índices de moradores por quilômetro quadrado, existe uma tendência de queda na qualidade de vida dos habitantes, além dos entraves decorrentes do difícil acesso a serviços e infraestrutura.

Com relação à população, os município



de Nova Cruz/RN, Canguaretama/RN e Cacimba de Dentro/PB lideram no número de habitantes. Já as menores concentrações estão nos municípios de Riachão e Logradouro, ambos no estado da Paraíba.

No que se refere à população rural e urbana dos municípios. Verificou-se que em cinco deles (quatro no estado da Paraíba), a população rural ultrapassa a urbana. Nos demais municípios a situação se apresenta inversa.

No estado da Paraíba, dos seis municípios investigados, apenas em Riachão, a população urbana ultrapassou a rural.

Baía Formosa/RN é o município onde a população urbana ultrapassa os 80%, fato que se explica pelo crescimento da atividade turística no local e também pela pesca. No município de Montanhas/RN a população urbana é superior à rural, o crescimento das atividades ligadas ao ecoturismo na região justifica, em parte, esta diferença.

TAXAS DE URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO

Com relação à urbanização dos municípios, Baía Formosa, Montanhas e Canguaretama e Nova Cruz, todos no estado do Rio Grande do Norte, apresentam taxa de urbanização acima dos 60%. No que diz respeito ao crescimento da população, 04 (quatro) municípios, sendo 03 (três) na Paraíba e 01 (um) no Rio Grande do Norte: Araruna, Cacimba de Dentro, Campo de Santana e Serra de São Bento, respectivamente, apresentaram taxas de crescimento negativas, variando entre 0,57 e 1,18%.

6.3.3.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL PAISAGÍSTICO E ARQUEOLÓGICO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional trabalha na recuperação e resgate de bens culturais nacionais tombados, representativos de diversos seguimentos da cultura brasileira, com base em legislação específica. Entre ela, o Decreto Lei n.º 25/1937 que cria o Instituto do Tombamento. A Constituição Federal (Art. 215 e 216) e a Lei de Arqueologia (nº 3924/1961) e o Decreto n.º 3551/2000 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.

A implantação da barragem não implicará em nenhum dano à memória, patrimônio ou referência de identidade das comunidades residentes na área de influência direta. As constatações socioeconômicas evidenciam que o principal eixo das demandas das comunidades está relacionado com as necessidades de fontes hídricas seguras e maior disponibilidade e aproveitamento deste recurso.

6.3.3.3.1 ARARUNA (PB)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

O turismo é uma rentável atividade econômica e a potencialidade nesse sentido em Araruna é marcada pelo clima ameno, paisagens serranas e existência de trilhas que vocacionam essa região ao turismo ecológico.

Os valores urbanísticos, arquitetônicos, históricos, arqueológicos e folclóricos de Araruna constituem fortes motivos para o desenvolvimento do turismo cultural.

As festividades mais populares de Araru-



na são as festas juninas, sendo um dos mais concorridos.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Através do Decreto Estadual n.º 20.889, em 07 de fevereiro de 2000 foi criada a Uni-

dade de Conservação denominada Parque Estadual da Pedra da Boca (Fotografias 90 e 91). O centro de Araruna está a 25 km da entrada do Parque, enquanto Passa e Fica/RN dista apenas 4 km. Os dois principais acessos ao parque são feitos a partir da capital paraibana, João Pessoa, a 165 km e Natal/RN, a 120 km.

Fonte: <http://www.sudema.pb.gov.br/galeria/>

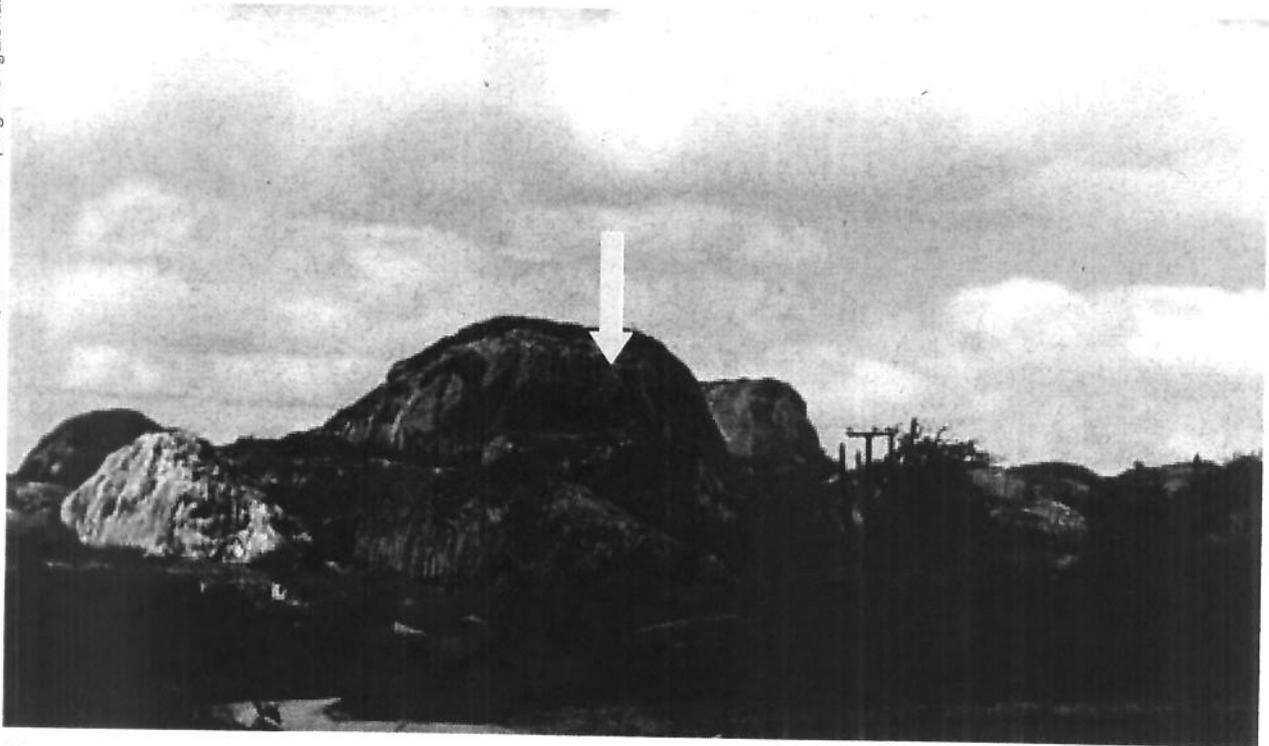


Fotografia 90 - Vista geral do Parque Estadual da Pedra da Boca.

Caminhada, escalada e rapel são atividades predominantes na área. O ecoturismo, o turismo de aventura e religioso, atrai pessoas de vontades e perfis

distintos. Os frequentadores do parque são formados por grupos de amigos, famílias, estudantes, pesquisadores e aventureiros.

Fonte: <http://www.sudema.pb.gov.br/galeria>.



Fotografia 91 - Pedra da Boca (indicada pela seta) principal atração do parque.

As grutas e as pedras que afloram a alguns metros do chão (336 metros no caso da Pedra da Boca). As rochas sofrem desgaste natural e parte destas cai formando bocas, grutas e ranhuras. As pinturas rupestres aparecem levemente na superfície de algumas rochas. Pedra da Boca, da Caveira, do Coração, do Carneiro e da Santa são nomes dados em função do formato visível ou de alguma história contada ao longo das gerações.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

- PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA -
ÁREA DE 157,26 HA.
6.3.3.3.2 CACIMBA DE DENTRO (PB)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

Os principais eventos que acontecem no município são as Festas do São João e da vaquejada em junho e da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, em dezembro. Outras atrações são as festas da emancipação política, em março e a caprifeira (junho/julho).

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Cacimba de Dentro.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Cacimba de Dentro.

6.3.3.3.3 CAMPO DE SANTANA (PB)

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Campo de Santana.

Áreas de Conservação

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município.

6.3.3.3.4 DONA INÊS (PB)

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Dona Inês.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Dona Inês.

6.3.3.3.5 LOGRADOURO (PB)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

As atrações naturais são as mais visitadas no município. Merece destaque a Cachoeira do Bezerra (Fotografia 92).

Fonte: <http://www.logradouropb6.blogspot.com/>



Fotografia 92 - Vista da Cachoeira do Bezerra.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Logradouro.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Logradouro.

6.3.3.3.6 RIACHÃO (PB)

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Riachão.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Riachão.

6.3.3.3.7 BAÍA FORMOSA (RN)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

Baía Formosa guarda a maior reserva de Mata Atlântica nativa a beira-mar ainda preservada do Rio Grande do Norte. O Rio Grande do Norte e Bahia são os únicos estados do País com Mata Atlântica à beira-mar. Atualmente, restam 8% da Mata Atlântica original e somente 3% estão cadastrados, representa-

dos por 456 pontos verdes escassos entre o Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. No Nordeste há faixa de Mata apenas na Bahia, Alagoas e RN e apenas no RN é encontrado pau-brasil próximo ao mar.

A criação do Parque Florestal Senador Antônio Farias, na Mata Estrela-RN, veio preservar o maior remanescente de Mata Atlântica sobre dunas do Brasil.

Os seus 2.039,93 ha de Mata Atlântica à beira mar são enriquecidos por uma biodiversidade extremamente variada. Pode-se encontrar Pau-Brasil em seu habitat natural, Gameleiras com diâmetro equivalente a 8 homens de mãos dadas, 14 km de praias virgens, riachos e 20 lagoas límpidas e ricas em sua composição mineral. A reserva está situada dentro das terras da Destilaria Baía Formosa, no ano 2000, passou a integrar a RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural, permitindo somente atividades ambiental e economicamente sustentáveis na região.

Dentro da Mata da Estrela, além da riquíssima fauna (répteis de várias espécies, como o guaribas, em extinção, saguis, cotias, tatus, raposas, tijuacú e aves como o gavião-carijó, xexéu, e outros), e flora (pau-brasil, cajarana, ubaia doce, peroba, pau sangue, bacopari, orquídeas, o "Pau que Ronca", nome de uma espécie nativa que tem propriedades sonoras e a Amescla, que exala um ótimo cheiro e tem propriedades medicinais), com destaque para as gameleiras, entre elas, uma árvore centenária com quase 30 metros de altura (Fotografia 92). Sua copa equivale a um ginásio de esportes de tamanho médio. Outro grande atrativo da Mata Estrela é a Lagoa Araraquara, mais conhecida como Lagoa da Coca-Cola (Fotografia 93), chamada assim por sua água escura (devido da pigmen-



Fonte: <http://www.grupofarias.com.br>



Fotografia 92 - Exêmpplar centenário de gameleira, preservado no interior da mata.

tação das raízes das árvores e a composição química do solo rico em iodo e ferro), e marcante por sua beleza. Os nativos afirmam que a água tem poderes medicinais e rejuvenescedores. Os passeios e visitas à Mata Estrela são limitados, mas é possível agendar e fazer as trilhas com o acompanhamento de um guia.

Com 26 km de orla, a mata e um mar cristalino, Baía Formosa ainda possui três rios: o Rio Guaju (Fotografia 94), o Rio Sagi e o Rio Cunhaú. Entre as principais praias temos a Praia do Coqueiral, a Praia dos Golfinhos (próxima do centro urbano do município), a praia de Sagi (a mais distante da cidade, totalmente deserta), e a Praia dos Olhos D'Água. Ainda com ares de vila de pescadores, o município reúne praias virgens, barcos de pesca e uma pequena estrutura turística. Baía Formosa é o paraíso para surfistas e ecoturistas.

Fonte: <http://www.grupofarias.com.br>



Fotografia 93 - Lagoa Araraquara, popularmente conhecida como Lagoa da Coca-Cola.

Fonte: <http://www.panoramio.com>



Fotografia 94 - Vista do Rio Guaju na divisa com o Estado da Paraíba.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Baía Formosa.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

- Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN da Mata da Estrela - área de 2.039,93 ha.

6.3.3.3.8 CANGUARETAMA (RN)

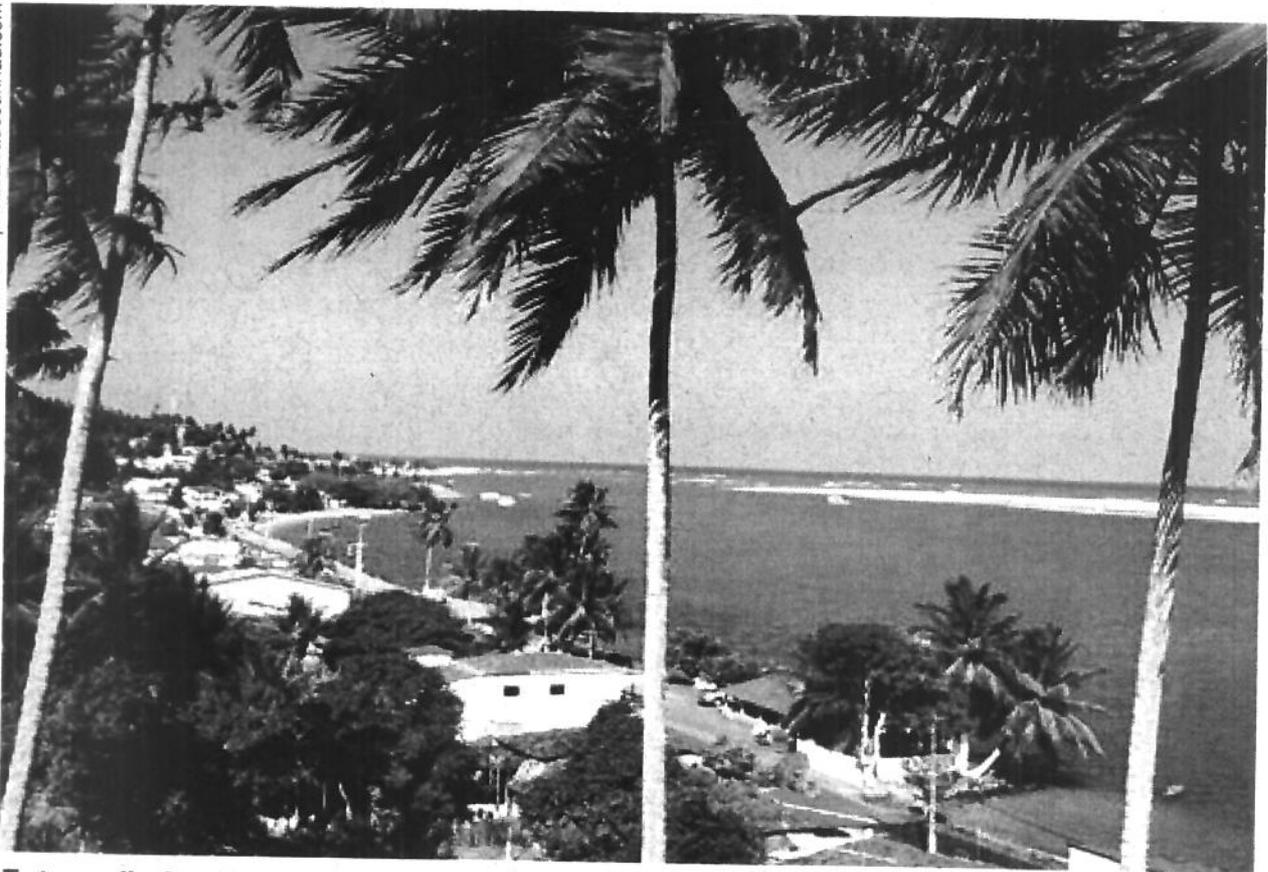
ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

Localizada no município de Canguaretama, Barra do Cunhaú possui lindas paisagens com coqueiros e rios de águas verdes e límpidas (Fotografia 95). Na praia, os recifes formam piscinas naturais para banho entre a foz dos rios Catú e Curimataú além das dunas. Um cenário perfeito para o descanso. Este ambiente hospeda a rica vida dos manguezais e dos criadouros de camarão em abundância no local.

A localidade apresenta uma boa infraestrutura para turismo, com pousadas e ótimos restaurantes. A gastronomia no local é abastecida em sua maioria por frutos do mar, como os deliciosos e suculentos camarões, lagosta, entre outros.



Fonte: www.praiabarradocunhaui.com



Fotografia 95 - Vista panorâmica da praia de Barra do Cunhaú.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Canguaretama.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Canguaretama.

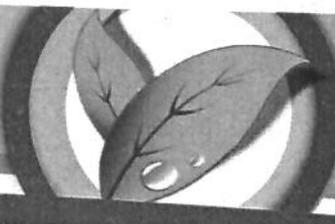
6.3.3.3.9 MONTANHAS (RN)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

O município, como sugere o nome, possui paisagens encantadoras. O ecoturismo é o forte da região e os principais destaques são a Lagoa de Montanhas, as Pedras do Serrote e a Pedra do Oratório. Os festejos ficam por conta da festa do padroeiro, São João Batista e junho e a festa em comemoração ao aniversário da cidade, em julho.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

- **Erradas** - sítio cerâmico, habitacional, aberto, recoberto por cacos de tamanho variado. Refugo com pouca profundidade, não indo além de 10 cm.



" RN-BO-8 - sítio cerâmico, habitacional, aberto, localizado aproximadamente a 200m ao norte do km 100 da estrada de ferro Natal-Recife.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Montanhas.

6.3.3.3.10 NOVA CRUZ (RN)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

Uma das mais importantes cidades da Região Agreste Potiguar, Nova Cruz, com mais de 30 mil habitantes, destaca-se pela movimentada vida cultural promovida pelo turismo religioso. Todos os anos, a cidade comemora com os festejos em homenagem a São Sebastião, Nossa Senhora da Piedade, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição (padroeira da cidade) e Santa Luzia. O patrimônio histórico imaterial resgatado em lendas e "causos" é mantido pela Casa de Cultura Popular (Fotografia 96), um dos muitos exemplos da bela arquitetura do início do Séc. XX ainda preservada.



Fotografia 96 - Antiga estação ferroviária abriga hoje o Centro da Cultura Popular da cidade de Nova Cruz.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

- Sítio Conceição - localizado aproximadamente a 1 km da estrada Nova Cruz/Montanhas e a 1 km da margem direita do rio Curimataú. Cerâmico, habitacional, aberto, muito erodido, refugio pouco profundo, recoberto por cacos.
- Sítio Genipapo - sítio habitação, aberto, cerâmico, 1 km a sudeste da Lagoa do Genipapo. Cacos cerâmicos, simples e pintados, erodidos, refugio pouco profundo. Solo local mais escuro que os arredores.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Nova Cruz.

6.3.3.3.11 PASSA E FICA (RN)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

Durante todo o mês de junho acontece a comemoração em homenagem ao padroeiro do município, São João Batista, com muitos festejos próprios da época junina, atos religiosos, muita fé e devoção.

No dia 20 de julho, aniversário da cidade é dia de comemorações, com várias modalidades esportivas, shows de calouros, tradicional pau-de-sebo dentre outras. Os festejos culminam com a partilha de um bolo gigante, cuja quantidade de metros é igual à idade da cidade. Por fim, shows com bandas musicais durante toda a noite.

A principal atração turística é a Pedra da Boca, localizada há cerca de 4,5 km do centro da cidade, a formação rochosa composta por

cavernas e depressões ideais para a prática de esportes de aventura atraindo os amantes do ecoturismo. Um passeio de Jipe pela região inclui ainda visitas à Pedra da Caveira, Mata do Gemedouro e Açude do Calabouço.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o momento não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos no município de Passa e Fica.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o momento não foram catalogados áreas de conservação no município de Passa e Fica.

6.3.3.3.12 PEDRO VELHO (RN)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

O folclore de Pedro Velho tem notoriedade por suas apresentações do pastoril e do Boi Calembra de Cuité e pela força histórica da embolada de coco, impulsionado pelo talento do famoso Chico Antônio. A principal festa da cidade é a do padroeiro local São Francisco de Assis, que ocorre dia 4 de outubro, sendo comemorada com intensa participação popular.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

- Sítio Capim - sítio localizado ao Sul do km 95 da estrada de ferro Natal - Recife e a 2 km ao Norte do rio Pirani e distando 200m da sede da fazenda Capim (leste). Refugio superficial em área intensamente cultivada.

- Sítio Cipoal - sítio localizado ao norte do km 99 da estrada de ferro Natal - Recife e a

0,5 km da margem direita do rio Curimataú. Sítio com grande quantidade de restos arqueológicos e de grande extensão.

- **Sítio: RN-BO-13** - localizado a 2 Km a noroeste de Pedro Velho. Refúgio superficial, cacos esparsos e em pequena quantidade.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

- **Área de Proteção Ambiental** - APA - Piquiri-Una - com o objetivo de ordenar o uso, proteger e preservar os recursos hídricos, Tabuleiros, Mata Ciliar e as espécies vegetais e animais.

6.3.3.3.13 SERRA DE SÃO BENTO (RN)

ATRAÇÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

A cidade de Serra de São Bento é conhecida por realizar um animado Festival de Inverno que reúne milhares de turistas todos os anos no mês de agosto. O Festival da Cachaça e o Festival Gastronômico fazem parte da programação. A região também favorece a prática do ecoturismo e esportes radicais: cavalgadas, trekking, mountainbike e trilhas pelo sertão estão entre as atividades mais procuradas pelos visitantes.

Outras atrações do município são:

- **Cruzeiro** - Formação rochosa onde, em seu cume, está fincada uma cruz representando os tempos de paz no município.
- **Local das Almas** - Caverna, onde segundo a lenda, os violentos e sanguinários habitantes do município do século XIX lançavam os corpos de suas vítimas.
- **Pedra da Trouxa** - Formação rochosa

que fica ao lado do Cruzeiro e está suspensa em outra pedra. Segundo a lenda, a pedra caiu por cima de uma senhora que lavava roupa em um dia de domingo, que é sagrado para os munícipes.

- **Cachoeiras do Paraíso** - Complexo de Cachoeiras temporárias formadas pelas águas do riacho dos cambiteiros.

SÍTIOS NATURAIS E/ OU ARQUEOLÓGICOS

Até o presente não foram catalogados sítios naturais e/ou arqueológicos delimitadas no âmbito do município de Serra de São Bento.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Até o presente não existem áreas de conservação delimitadas no âmbito do município de Serra de São Bento.

6.3.3.4 COMUNIDADES TRADICIONAIS

Atualmente, não foi verificada a existência (por lei) de nenhuma comunidade especial situada na área da bacia hidráulica. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Estado do Rio Grande do Norte não possui, oficialmente, populações indígenas.

Outro grupo protegido pela legislação brasileira é denominado de Quilombolas. Não foram registradas comunidades quilombolas na bacia.

6.3.3.5 PLANOS E PROJETOS CO-LOCALIZADOS

Para que se criem condições efetivas que



permitam que a Barragem Bujari seja um projeto propulsor de desenvolvimento sustentável no meio onde se insere, é importante que haja interação com os demais atores ou iniciativas que, de alguma forma, possam influir ou alterar a realidade local. Em um primeiro momento, é fundamental que se tenha o conhecimento das atividades, obras e projetos que estejam em fase de planejamento ou implantação, possibilitando assim a integração de esforços quando houver um objetivo comum.

Um dos fatores que irá determinar o sucesso do empreendimento em apreço como catalisador de mudanças, reside na habilidade de seus empreendedores em conciliar os interesses da obra com os interesses da sociedade, das instituições públicas e dos demais empreendedores sob um objetivo comum: o da sustentabilidade e da qualidade de vida. Apesar desta não ser uma tarefa simples, por tratar de interesses diversos e um sem número de atores interessados, a missão poderá ser facilitada, uma vez que se tenha o prévio conhecimento do que está sendo proposto pelos diversos atores.

Destarte, apresentaremos os projetos propostos (alguns já em execução) pelos governos dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que poderão ser potencializadores da Barragem Bujari e que influenciam positivamente a concretização do Projeto aqui discutido.

6.3.3.5.1 PLANOS E PROJETOS CO-LOCALIZADOS ESTADO DA PARAÍBA

Cerca de 40 mil famílias rurais aguardam com grande expectativa a assinatura do novo contrato do governador José Maranhão com o Banco Mundial para execução de 800 subprojetos produtivos e de infraestrutura, através

do Projeto Cooperar, segunda etapa. Serão investidos US\$ 28 milhões, sendo cerca de US\$ 8 milhões correspondente à contrapartida do Estado. A previsão do Governo da Paraíba é de que dentro de 60 dias ocorra a assinatura do contrato que vai viabilizar o Programa de Redução da Pobreza Rural. O que está faltando agora é a aprovação do empréstimo pelo Congresso Nacional para, em seguida, ser assinado o convênio com o Governo do Estado. Neste projeto deverão ser contemplados os 222 municípios paraibanos.

Este ano o Governo da Paraíba recebeu a visita do gerente geral de Projetos para o Nordeste do Banco Mundial, Edward Bresnyan, em audiência que também contou com a presença do consultor da instituição. Edward Bresnyan adiantou, na ocasião, que estão previstos financiamentos de projetos na área de leite, flores, artesanato, mel, entre outros arranjos produtivos. E as famílias beneficiadas também farão parceria com supermercados para comercialização dos seus produtos. Os subprojetos de menor porte receberão financiamentos de US\$ 90 mil a US\$ 100 mil dólares.

As ações da Assistência Técnica e Extensão Rural estão consubstanciadas no Plano de Desenvolvimento Nacional e no Plano de Ação do Governo do estado da Paraíba, com o objetivo fundamental de transferir tecnologia agropecuária e gerencial, tendo em vista a elevação da renda e a melhoria dos padrões de vida dos produtores rurais e suas famílias.

Para atingir esses propósitos, as ações extensionistas concentram-se na transmissão de conhecimentos que propiciem o aumento da produção, da produtividade e da renda líquida proveniente das atividades agropecuárias, bem como na área complementar da economia doméstica, especialmente nos aspectos



relacionados com a saúde e alimentação.

O planejamento do trabalho dos extensionistas é sempre feito de forma participativa com os agricultores e suas comunidades, de forma a garantir a maior utilidade e proveito possíveis, para eles, da assistência a ser prestada.

O Programa Povo Cidadão, que está em fase final de elaboração, será implantado inicialmente na região metropolitana. Após a sua fase experimental, ele deverá ser ampliado para o restante do Estado. O "Povo Cidadão", se constituirá numa ferramenta para aproximar ainda mais as famílias dos programas sociais que ajudarão a melhorar a qualidade de vida. Inicialmente, serão beneficiadas as pessoas que fazem parte do programa de distribuição de leite. Elas passarão a receber assistência médica, terão acesso a documentos e ainda receberão informações sobre o funcionamento da Lei Maria da Penha.

Para execução do programa, serão firmadas parcerias com a Fundação Desembargador Toledo, a Secretaria de Saúde, Casa da Cidadania e a Defensoria Pública, que passarão a atuar conjuntamente nas comunidades, em datas previamente definidas. Será usada uma unidade móvel para a prestação destes serviços de assistência e orientação.

Para execução do programa, serão firmadas parcerias com a Fundação Desembargador Toledo, a Secretaria de Saúde, Casa da Cidadania e a Defensoria Pública, que passarão a atuar conjuntamente nas comunidades, em datas previamente definidas. Será usada uma unidade móvel para a prestação destes serviços de assistência e orientação.

Dentro do Programa Nacional de Biocombustíveis, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca tem se reunido com técnicos da Petrobras visando so-

mar esforços no sentido de desenvolver ações na produção de oleaginosas, a partir do pequeno produtor rural destinados ao Programa do Biodiesel. Em março deste ano teve início um curso de capacitação de técnicos da EMATER-Paraíba para a transferência de tecnologias no cultivo de oleaginosas.

6.3.3.5.1 PLANOS E PROJETOS

CO-LOCALIZADOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Até 2010 a área saneada do Rio Grande do norte passará de 17% para 40%. Nessa área, o Governo do Estado já investiu mais de R\$ 130 milhões na construção de 310 mil metros de tubulação de esgoto e mais de 1 milhão de metros de rede de distribuição de água e adutoras beneficiando mais de 833 mil pessoas. Até 2010, serão investidos mais de R\$ 500 milhões nessa área em todo o RN. Os recursos já estão garantidos e sendo utilizados em diversas ações em todo o Estado, em investimentos que ultrapassam R\$ 188 milhões. A política de saneamento inclui a reformulação do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal. No interior, as ações compreendem, por exemplo, a ampliação dos serviços de esgotamento sanitário de municípios como Pau dos Ferros, Macaíba, Nova Cruz e Macau (este passará a ter mais de 95% de seu território coberto pelo sistema de esgotamento hoje essa proporção é de 50%).

O programa Desenvolvimento Solidário é o principal programa de combate à pobreza rural desenvolvido no Rio Grande do Norte é referência mundial. Nos últimos cinco anos, 73 mil famílias foram beneficiadas diretamente com R\$ 65 milhões empregados na melhoria da infra-estrutura, desenvolvimento social e fi-



nanciamento a projetos produtivos. Esse projeto não vai parar. Até 2010, outros R\$ 50 milhões serão investidos pelo Governo do Estado para financiar 1.600 projetos rurais beneficiando outras 50 mil famílias de quase todos os municípios do Estado. Os beneficiários são comunidades pobres do meio rural, constituídas de pequenos produtores rurais (assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros, assentados), artesãos e outros grupos, desde que estejam representados por organizações comunitárias.

O programa de Cadastro e Regularização Fundiária é uma ação social que está beneficiando os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel. O trabalho consiste no levantamento cadastral dos

imóveis para identificar com precisão os limites das propriedades. Somente em 2008, mais de 16.500 imóveis rurais serão cadastrados além dos 10.000 já concluídos. Nesse mesmo período, mais de 10 mil imóveis serão regularizados, somando investimentos de quase R\$ 9 milhões.

Desde 2003, o Governo do Estado já regularizou quase 8.000 propriedades rurais; o que representou um investimento de R\$ 8,4 milhões. E a meta é atingir 27 mil imóveis até o final de 2008 em 35 municípios das regiões Touros/Pureza, Alto Oeste, Caicó, Serra de Santana, Piranhas-Açu e Apodi. As famílias são assentadas em áreas e recebem terra, casas, projeto produtivo, cisternas, Luz para Todos, por exemplo.

O programa de Cadastro e Regularização Fundiária é uma ação social que está beneficiando os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel